

**CELSO EDUARDO GUIMARÃES**

**Sustentabilidade Empresarial: Uma reflexão sobre o Relatório Petrobras de  
Sustentabilidade 2010 segundo as Diretrizes GRI**

**SÃO CAETANO DO SUL**

**2012**

**CELSO EDUARDO GUIMARÃES**

**Sustentabilidade Empresarial: Uma reflexão sobre o Relatório Petrobras de  
Sustentabilidade 2010 segundo as Diretrizes GRI**

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação em Gestão Ambiental e Práticas de Sustentabilidade, da Escola de Engenharia Mauá do Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia para obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Roberto Lajolo

SÃO CAETANO DO SUL

2012

Guimarães, Celso Eduardo

Sustentabilidade Empresarial: Uma reflexão sobre o Relatório Petrobras de Sustentabilidade 2010 segundo as Diretrizes GRI. Celso Eduardo Guimarães – São Caetano do Sul, SP : CEUN-EEM, 2012.

74 p.

Monografia (Especialização) — Gestão Ambiental e Práticas de Sustentabilidade. Escola de Engenharia Mauá do Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia, São Caetano do Sul, SP, 2012.

Orientador: Prof. Roberto Lajolo

Dedico este trabalho à minha esposa Luciana, que sempre me incentivou e apoiou nessa jornada, e também revisou meus trabalhos.

Dedico também ao meu pai que me despertou desde criança o amor e o respeito à natureza.

## RESUMO

O presente trabalho traz uma reflexão sobre o Relatório de Sustentabilidade do Grupo Petrobras, referente ao ano base 2010, incorporando um cunho crítico em relação ao desempenho mensurado e publicado pela organização à luz dos conceitos mais reconhecidos na literatura especializada sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.

Os temas relacionados à sustentabilidade têm sido utilizados de forma ampla por toda a sociedade. Observa-se na mídia em geral, nos governos, na indústria, no comércio ou em organizações não governamentais, o apoderamento dos termos para, geralmente, valorizarem uma marca, uma ação ou mesmo uma empresa como um todo.

É feita uma análise baseada nas informações contidas no relatório referente ao perfil da empresa quanto à forma de gestão, ao escopo do relatório e a alguns dos indicadores, segundo as Diretrizes do *Global Reporting Initiative* (GRI), procurando encontrar evidências positivas e lacunas sobre o desempenho da organização relatora.

**Palavras chave:** Sustentabilidade, Sustentabilidade Empresarial, Desenvolvimento Sustentável, Relatórios de Sustentabilidade, Relatórios GRI, Relatório de Sustentabilidade Petrobras 2010, Indicadores de Desenvolvimento Sustentável.

## **ABSTRACT**

The proposal of this study is to present a reflection on the Report Sustainability of the Petrobras Group - base year 2010 - including a critical analysis of the performance measured and published based on the most recognized concepts in the literature of sustainability and sustainable development.

The themes related to sustainability have been used widely throughout society. Media, governments, industry, commerce or non-governmental organizations generally use the terms to valorize a brand, an action or even a company as a whole.

An analysis is made based on the report information relating to the company management profile, to the scope of the report and to some of the indicators according to the Global Reporting Initiative (GRI) Guidelines, searching for strengths and weakness evidences in the performances of the reporting organization.

**Keywords:** Sustainability, Sustainable Development, Sustainable Reports, GRI Reports, 2010 Petrobras Sustainable Report, Sustainable Development Indicators

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

FIGURA 1	PIRÂMIDE DE INFORMAÇÕES	26
FIGURA 2	NÚMERO DE PUBLICAÇÕES DE RELATÓRIOS GRI	31

## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1	NÚMERO DE PUBLICAÇÕES DE RELATÓRIOS GRI	31
QUADRO 2	INDICADORES DE DESEMPENHO GRI NA ESFERA ECONÔMICA	34
QUADRO 3	INDICADORES DE DESEMPENHO GRI NA ESFERA AMBIENTAL	34
QUADRO 4	INDICADORES DE DESEMPENHO GRI NA ESFERA SOCIAL	35
QUADRO 5	RESPOSTAS DA PETROBRAS A DEMANDAS LEVANTADAS PELA SOCIEDADE	52

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMBEV	American Beverage Company (Companhia de Bebidas das Américas)
CDP	Carbon Disclosure Project
CEBDS	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CERES	Coalition for Environmentally Responsible Economies
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente
COV	Composto Orgânico Volátil
EcQ	Employee Communication Quotient
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FIRJAN	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
GEE	Gás de Efeito Estufa
GHG	Greenhouse Gas (Gas de Efeito Estufa)
GRI	Global Reporting Initiative
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
NAFTA	North American Free Trade Agreement
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PDF	Portable Document Format
Petroquisa	Petrobras Quimica
PIB	Produto Interno Bruto
PNPB	Programa Nacional de Produção e uso do Biodiesel
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Refap	Refinaria Alberto Pasqualini
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
Sismico	Sistema de Monitoramento da Imagem Corporativa
SOX	Sarbanes Oxley
Transpetro	Petrobras Transporte
WBCSD	World Business Council for Sustainable Development
WCED	Commission on Environmental and Development



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>13</b>
2.1	SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	13
2.2	CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO HUMANO	17
2.3	PRESERVAÇÃO DO CAPITAL NATURAL E COMPENSAÇÕES PARA AS GERAÇÕES PRESENTES E FUTURAS	18
<b>3</b>	<b>AS ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS E A SUSTENTABILIDADE</b>	<b>22</b>
<b>4</b>	<b>OS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE</b>	<b>26</b>
<b>5</b>	<b>OS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE SEGUNDO O MODELO GRI</b>	<b>30</b>
5.1	O FRAMEWORK DA GRI PARA PRODUÇÃO DE RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE	32
5.1.1	Princípios e orientações	32
5.1.2	Definição do conteúdo do relatório	33
5.1.3	Os indicadores de desempenho	33
5.1.4	Níveis de aplicação da estrutura de relatórios GRI	36
<b>6</b>	<b>UMA ANÁLISE SOBRE O RELATÓRIO GRI DA PETROBRAS</b>	<b>38</b>
6.1	METODOLOGIA	38
6.2	AS EMPRESAS EXPLORADORAS DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS E A SUSTENTABILIDADE	39
6.3	O HISTÓRICO DAS PUBLICAÇÕES PETROBRAS	40
6.4	O NÍVEL DA APLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE PETROBRAS 2010	41
6.5	ANÁLISE GERAL DO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE DA PETROBRAS 2010	41
6.5.1	Perfil da organização – atuação corporativa na visão estratégica e formas de gestão	42

<b>6.5.2</b>	<b>Os limites abordados pelo relatório de sustentabilidade Petrobras</b>	<b>44</b>
6.5.2.1	Gestão de risco	45
6.5.2.2	Energias alternativas e renováveis	46
6.5.2.3	Redução e gerenciamento de emissões	47
6.5.2.4	Prevenção de acidentes	49
6.5.2.5	Contribuição para o desenvolvimento local e impacto nas comunidades locais	50
6.5.2.6	Prestação de contas e transparência	52
6.5.2.7	Gestão, política e viabilização do Pré-Sal	54
6.5.2.8	Pesquisa e desenvolvimento / inovação tecnológica	55
6.5.2.9	Engajamento e diálogo com públicos de interesse	56
<b>6.5.3</b>	<b>Os indicadores de desempenho reportados no relatório</b>	<b>57</b>
6.5.3.1	Indicadores na esfera econômica	57
6.5.3.2	Indicadores na esfera ambiental	59
6.5.3.3	Indicadores na esfera social	64
<b>7</b>	<b>REFLEXÃO SOBRE O RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE DA PETROBRAS</b>	<b>66</b>
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>70</b>
	<b>Referências</b>	<b>73</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, vem se concretizando nas empresas a cultura de relatar seus desempenhos em relação a aspectos ligados à sustentabilidade, em especial por meio de Relatórios de Sustentabilidade. Faz-se necessário, portanto, que se tenha um olhar crítico sobre essas publicações, no intuito de colaborar com a qualidade nos seus processos de elaboração e divulgação.

Para isso, faz-se necessária uma visão mais abrangente, considerando as principais conceituações referentes ao tema sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, uma vez que são temas relativamente novos na sociedade.

O presente trabalho tem o objetivo de exercer uma reflexão sobre a publicação da Petrobrás que trata de seu desempenho com relação ao tema sustentabilidade no ano de 2010. Essa reflexão se referencia nas diretrizes estabelecidas pela organização *Global Reporting Initiative* (GRI) para elaboração e publicação de relatórios de sustentabilidade, além de um conjunto de elementos conceituais sobre sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, indicadores de desempenho e instrumentos de comunicação de desempenho sustentável.

Assim, o item 2 traz uma revisão sobre algumas definições de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. São apresentadas reflexões de reconhecidos autores sobre o papel do crescimento econômico no desenvolvimento humano da sociedade, com ênfase no padrão de desenvolvimento atualmente dominante, onde os recursos naturais são tratados como infinitos e utilizados exaustivamente em prol do crescimento econômico; bem como sobre a importância da preservação do capital natural, a necessidade de nos preocuparmos com o legado que deixaremos para as gerações futuras e a necessidade de que essas sejam compensadas pela exaustão desses recursos.

Como o trabalho envolve a sustentabilidade empresarial, o item 3 traz a importância das empresas na construção de um desenvolvimento mais sustentável e o item 4 trata dos indicadores de desempenho de sustentabilidade.

No item 5 são apresentadas as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), com um breve histórico dessa ferramenta para apuração e comunicação de desempenho de sustentabilidade, seguido de um breve descritivo sobre a metodologia, com foco nas principais orientações e conceitos para uso do instrumento.

No seguimento, o item 6 contém reflexões sobre o relatório Petrobras de sustentabilidade. Aduz inicialmente a metodologia utilizada para o estudo, seguido de um subitem específico sobre a relação das empresas de energia com a sustentabilidade, com ênfase naquelas exploradoras de combustíveis fósseis. É fornecido ao leitor um breve histórico das publicações da Petrobras, com as características da publicação de ano base 2010, a qual é o objeto de estudo do trabalho; além de trazer informações sobre o perfil da organização quanto a sua forma de gestão, o escopo do relatório e uma descrição de cada um dos temas priorizados e relatados pela Petrobras. O item também apresenta descrições e reflexões sobre os indicadores de desempenho encontrados no relatório, com foco naqueles que a empresa relatou de forma apenas parcial, sendo segregados por dimensões da sustentabilidade, ou seja, divididos pelas esferas econômica, ambiental e social.

O item 7 traz reflexões sobre a análise efetuada no relato da organização publicadora, destacando aqueles considerados mais positivos à luz dos conceitos da sustentabilidade, assim como aqueles pontos que deveriam ter maior foco de melhorias. Finalmente, o item 8 encerra com as considerações finais.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesse item, apresenta-se um breve apanhado sobre temas e conceitos essenciais para uma compreensão ampla da ideia de desenvolvimento sustentável, na visão de diferentes autores e em diferentes aspectos.

### 2.1 SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Existem muitas definições sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Conforme Van Bellen (2005), as diferenças entre as definições para diferentes autores podem chegar a mais de 160. Isso ocorre em decorrência de uma variação de entendimentos do que seja a própria sustentabilidade.

Os termos relacionados à sustentabilidade possuem origem relativamente recente. Segundo Veiga (2010), o adjetivo sustentável, até a década de 1970, era apenas um jargão técnico utilizado pela comunidade científica para se referenciar à capacidade dos ecossistemas absorverem as tensões ambientais. Ele ainda descreve que a expressão desenvolvimento sustentável surgiu na década de 1980 e ganhou legitimação em junho de 1992, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, conhecida como Eco-92.

A conceituação dos autores Barbier, Markanfya e Pearce (1990) traz uma abordagem de desenvolvimento que vai além do crescimento econômico.

Desenvolvimento é um conjunto de metas ou objetivos desejáveis para a sociedade. Essas metas incluem, sem dúvida, o objetivo básico para assegurar um aumento do nível de renda per capita – o que é tradicionalmente considerado como o padrão de vida. [...] hoje existe uma nova abordagem quando se dá ênfase na qualidade de vida sobre a saúde da população, nos padrões de educação e bem-estar social geral, e na compreensão do fato do desenvolvimento sustentável envolver a concepção de um sistema social e econômico que garanta que essas metas sejam sustentadas. (BARBIER, MARKANDYA e PEARCE, 1990, p. 1)

Segundo Van Bellen (2005), a definição de desenvolvimento sustentável contida no relatório produzido pelo *World Commission on Environmental and Development* (WCED), conhecido como *Relatório Brundtland*, integra as dimensões econômica, social e ambiental. As definições

formuladas nesse relatório foram utilizadas na Conferência Eco-92 e dão também uma importante noção do tipo de sustentabilidade que se almeja, abordando o desenvolvimento nas três dimensões, seja para as gerações atuais como as futuras, de uma forma que uma não comprometa a outra.

O manual elaborado pela Organização *Global Reporting Initiative*, em seu prefácio, traz a definição de desenvolvimento sustentável segundo o *Relatório Brundtland*, e o complementa com considerações sobre a responsabilidade das organizações na sociedade:

O objetivo do desenvolvimento sustentável é satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. Como forças fundamentais na sociedade, as organizações de todos os tipos têm um papel importante a desempenhar em seu alcance. (GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2006, p. 3)

As três dimensões que as definições descritas trazem formam o chamado de tripé da sustentabilidade, também conhecido como *Tripple Botton Line*, composto por:

- ✓ Economia (Lucro)
- ✓ Humano (Social)
- ✓ Ambiental (Conservação dos Recursos Naturais)

Uma organização que possui uma política para se desenvolver de maneira sustentável é aquela que possui objetivos que procuram respeitar esse tripé, ou seja, que contenha objetivos, metas e programas que procurem manter (sustentar), no longo prazo, o retorno financeiro dos investimentos, o bem estar dos indivíduos que, de alguma maneira, interagem com essa organização e continuamente minimizem os impactos ambientais identificados na sua operação.

Na análise de Veiga (2010), mais abrangente, as duas disciplinas científicas envolvidas nesse conceito são a ecologia e a economia. No caso da primeira, há a tendência de se partir da ideia de “equilíbrio”, ancorando-se no conceito de sustentabilidade ecológica. Neste caso, se refere a um determinado ecossistema não perder sua resiliência, que conforme a definição do próprio Veiga (2010) trata-se da capacidade de um ecossistema absorver tensões ambientais sem, perceptivamente, mudar seu estado ecológico para um estado diferente. Em outras palavras, Veiga (2010, p.17) define como a “habilidade dos ecossistemas absorverem choques, adequar-se a eles e, até mesmo, deles tirar benefícios, por adaptação e reorganização”.

Os termos sustentabilidade “fraca” e “forte” são importantes nesse contexto. O primeiro, conforme Veiga (2010, p. 18), se refere à consideração de que “cada geração deixe um legado à seguinte equivalente à somatória de três tipos de capital, que ele considera inteiramente intercambiáveis ou intersubstituíveis: o propriamente dito (econômico), o natural-ecológico, e o humano-social”. O conceito de sustentabilidade forte é mais abrangente e destaca a obrigatoriedade de manter constantes, pelo menos, os serviços do capital natural para as gerações seguintes.

É importante atentar, também, para o fato que as formas de vida no planeta Terra, como o conhecemos hoje, não podem se sustentar para sempre. Sabemos que as condições físico-químicas que possibilitam a vida das espécies que habitam a biosfera são finitas, ou seja, essas condições devem mudar no decorrer de um determinado período de tempo, causando grandes transformações na camada que possibilita o desenvolvimento dos seres, o que levará indubitavelmente a extinções, inclusive dos humanos. O que se espera, portanto, quando se fala em desenvolvimento sustentável, é minimizar os impactos humanos que possam vir a antecipar essas extinções.

Dentre as maiores preocupações, em termos de sustentabilidade ambiental, destacam-se as mudanças climáticas provocadas pelas atividades antrópicas. Inserem-se, nesse contexto, as emissões de gases decorrentes da queima de combustíveis fósseis e a contaminação dos reservatórios de água potável, além da diminuição da diversidade biológica, que são provocadas, principalmente, por perdas expressivas de coberturas de matas nativas e por emissões de poluentes, com destaque ao acúmulo de substâncias químicas que, em forma de resíduos emitidos pelas atividades antrópicas, se concentram nos oceanos e diminuem, ou mesmo extinguem, espécimes que vivem nesse habitat. Outros tipos de preocupações são a pesca excessiva em rios e oceanos e a destruição da camada de ozônio.

Esses e outros problemas afetam diretamente as outras dimensões do tripé da sustentabilidade. Como exemplo, já se prevê grandes problemas na produção de alimentos em decorrência do aquecimento global. O autor Brown (2009) cita vários exemplos colhidos de diversos autores científicos nesse tipo de situação, como das geleiras das Cordilheiras do Himalaia no Continente Asiático e dos Andes no Sul-Americano que, com a elevação das temperaturas, poderão deixar de existir, podendo afetar tradicionais produções agrícolas que dependem dos rios que se formam durante o lento degelo ocorrido entre a primavera e o verão. Poderá ser comprometido o cultivo em lugares considerados carentes na dimensão social como na Bolívia e Platô Tibetano. Isso sem contar na provável falta de água potável para consumos básicos como dessedentação e cocção de

alimentos. A diminuição dos estoques de pescados, devido à extração excessiva e sem a correta gestão dessa atividade, deve também afetar negativamente partes substanciais de povoados que têm no consumo dessas espécies suas principais fontes de proteína.

Esses problemas, que primeiramente são interpretados como ambientais, tendem a causar outras consequências negativas nas outras dimensões. Primeiramente na social, pois grandes populações podem não ter o básico suficiente para sobreviver, como alimentação, água potável, saneamento básico e vestimenta adequada. Problemas econômicos também podem ser desencadeados em decorrência dos possíveis colapsos nos sistemas de serviços ambientais e consequentes crises sociais, com possíveis conflitos entre povos por disputa pelos itens de primeira necessidade, o que pode gerar um ciclo ainda maior de degradação ambiental, mais problemas sociais e ainda mais problemas econômicos.

Entender o inter-relacionamento entre as diferentes dimensões da sustentabilidade, onde uma afeta diretamente a outra, é importante para a humanidade procurar um caminho em direção ao desenvolvimento sustentável, tendo em perspectiva a visão sistêmica ou holística dos desafios para caminharmos nessa direção.

O físico Capra (1982) já estruturava o problema da visão fragmentada e mecanicista na década de 1970, visão essa extremamente utilizada durante os séculos XIX e XX, na qual os sistemas de gestão visam somente o desenvolvimento e o sucesso do seu próprio sistema, sem se preocupar com suas inter-relações.

[...] uma nova visão da realidade, baseia-se na consciência do estado de inter-relação de interdependência essencial de todos os fenômenos – físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Essa visão transcende fronteiras interdisciplinares e conceituais e será explorada no âmbito de novas instituições (CAPRA, 1982, p. 259).

A filosofia trazida pela definição do conceito de sustentabilidade segundo o Relatório Brundtland está alinhada à visão de Capra (1982).

O desenvolvimento sustentável é aquele, portanto, que agrega melhor qualidade de vida para as comunidades em geral, porém de forma a equilibrar o uso do capital natural e com prioridade ao desenvolvimento social.



A seguir, o trabalho aborda a primazia que tem sido dada ao crescimento econômico, em detrimento das esferas social e ambiental, essenciais na lógica da sustentabilidade para o progresso da humanidade.

## 2.2 CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Sachs (1986) traz ao debate a necessidade de diferenciação entre os conceitos de desenvolvimento humano e crescimento econômico.

[...] No curso do último quarto do século XX, que se caracterizaram por uma expansão sem precedentes de produção de bens materiais, os economistas de todas as correntes – dos neoclássicos aos marxistas – estiveram de acordo no grande destaque dado às teorias de crescimento. [...] associou-se a ideia de desenvolvimento à de crescimento, ou seja, tomaram-se as partes pelo todo, e ignorou-se a diferença que existe entre condição necessária e condição suficiente. (SACHS, 1986, p. 38)

O autor complementa dizendo que a ideologia do crescimento traz consigo “a ideia do quanto mais, melhor e de que todos os problemas estruturais acabarão por se resolver”. E ainda aponta os pontos negativos dessa ideologia.

[...] Ao invés de se redefinir as finalidades do desenvolvimento, concentra-se nas instrumentações do aumento da oferta de serviços. Não toma conhecimento das diferenças qualitativas – no entanto, essenciais – entre desenvolvimento e maldesenvolvimento, nas quais pesam, de um lado, o grau de satisfação das necessidades sociais reais da população e, de outro, os custos sociais e ecológicos do crescimento. (SACHS, 1986, p. 38)

Nesse sentido, os indicadores de desenvolvimento dos países, baseados nas contabilidades nacionais é o conhecido Produto Interno Bruto (PIB).

[...] PIB se tornou o barômetro do desempenho socioeconômico, perversamente extrapolado como indicador de desenvolvimento. [...] as mazelas do PIB têm sido severamente criticadas, principalmente por ele só abranger atividades mercantis e ignorar a depreciação dos recursos naturais e humanos. (VEIGA, 2010, p. 18-19)

Dessa forma, verificamos a importância de mensuração mais adequada das informações estatísticas que formam os índices e indicadores de desenvolvimento sustentável. Veiga (2010, p. 19) aponta os esforços na busca de alterações e extensões do PIB, com o “objetivo de transformá-lo em indicador de prosperidade sustentável, mediante correções de cálculo frequentemente chamadas de PIB Verde”.

O autor Young (2010, p. 135) também mostra a preocupação nos atuais Sistemas de Contas Nacionais que “ignoram a questão da sustentabilidade na utilização dos recursos naturais” e ainda afirma que “as Contas Nacionais não procuram medir bem-estar, mas sim o nível de atividade econômica”.

Observa-se, portanto, que há uma necessidade de se inserir elementos de outras esferas, além da econômica, como a ecológica e a social, por exemplo, para medirmos o desenvolvimento humano. Esses aspectos se aplicam para a mensuração do desenvolvimento de uma nação, ou de uma instituição, seja ela do primeiro, segundo ou terceiro setores.

Será feita a seguir uma abordagem sobre alguns dos desafios de se equilibrar crescimento econômico, que é essencial para possibilitar o desenvolvimento social, com preservação do meio ambiente, particularmente em relação ao capital natural, para que as gerações futuras possam ter o mínimo necessário para satisfazerem suas necessidades.

### 2.3 PRESERVAÇÃO DO CAPITAL NATURAL E COMPENSAÇÕES PARA AS GERAÇÕES PRESENTES E FUTURAS

Os autores Barbier, Markandya e Pearce (1990) destacam a importância de preservar os recursos para as gerações futuras, ou de que essas sejam, de alguma forma, compensadas. Se o capital natural for consumido no presente, outros tipos de capitais, que elevem a qualidade de vida promovendo o desenvolvimento humano, como melhorias nas estruturas educacionais, saneamento básico, infraestruturas em geral, entre outros investimentos, deveriam ser legados às gerações descendentes daquelas que consumiram o capital natural.

Existem várias formas de compensações, entre elas destacam-se as de cunho legal, que ocorrem por intermédio de legislação específica através de estudos de impactos ambientais, os quais determinam

as ações compensatórias que o empreendedor deve tomar, ou ainda por termos de ajustamento de conduta.

Elas podem ocorrer através de tributação específica, com repasse de valores ao governo cuja comunidade está sendo afetada pela atividade. Também acontecem por iniciativas de empresas do setor privado que, diretamente ou através de parcerias com ONGs, promovam melhoria da qualidade de vida das comunidades do entorno, investindo assim no desenvolvimento social sem que o capital financeiro flua através de instituições governamentais. Essas iniciativas visam responder aos instrumentos legais, ou melhoria da imagem da empresa e relacionamento com os *stakeholders*<sup>1</sup>.

Um exemplo de instrumento com essa finalidade são os *royalties* que a legislação brasileira determina para certos tipos de atividades extrativistas como petróleo e gás natural. Eles têm objetivo de compensar a exaustão desses recursos naturais não renováveis e os impactos causados pela atividade exploratória. Os municípios e estados são beneficiados com as arrecadações provenientes desses *royalties*, e devem realizar investimentos baseados em políticas públicas que, tanto as gerações presente como as futuras, tenham benefícios estruturais compensatórios devido à exaustão das riquezas e degradações ambientais acarretadas pela atividade. A lei determina que:

A sociedade e suas subsidiárias produtoras fiquem obrigadas a pagar a compensação financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios, correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do óleo bruto, do xisto betuminoso e do gás extraído de seus respectivos territórios, onde se fixar a lavra do petróleo ou se localizarem instalações marítimas ou terrestres de embarque ou desembarque de óleo bruto ou de gás natural, operados pela Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, obedecidos os seguintes critérios:

I - 70% (setenta por cento) aos Estados produtores;

II - 20% (vinte por cento) aos Municípios produtores;

III - 10% (dez por cento) aos Municípios onde se localizarem instalações marítimas ou terrestres de embarque ou desembarque de óleo bruto e/ou gás natural. (BRASIL, 1989)

A compensação ambiental ainda enfrenta grandes desafios para que ocorra de forma mais justa. Provavelmente um dos maiores seja o da mensuração, ou valoração, do capital natural que está

---

<sup>1</sup> Os stakeholders são definidos como organizações ou indivíduos que possam ser significativamente afetados pelas atividades, produtos e/ou serviços da organização e cujas ações possam afetar significativamente a capacidade da organização de implementar suas estratégias e atingir seus objetivos com sucesso. Isso inclui organizações ou indivíduos cujos direitos nos termos da lei ou de convenções internacionais lhes conferem legitimidade de reivindicações perante a organização. (DIRETRIZES GRI, 2006, p. 10)

sendo consumido, visando que essas compensações sejam as mais equivalentes possíveis, em relação aos valores dos “prejuízos” causados pelo consumo das matérias-primas (principalmente as não renováveis) e a degradação ambiental, causada pela atividade. Barbier, Markandya e Pearce (1990) definem que a grande dificuldade da valoração do capital natural é o fato destes serviços serem fornecidos gratuitamente. Eles têm preço zero simplesmente porque não existe mercado em que seus verdadeiros valores possam ser revelados através dos atos de compra e venda. Também o autor Young (2010) aponta o grande desafio da valoração do meio ambiente.

[...] A pouca disponibilidade de informações estatísticas sobre a extensão dos impactos ambientais. Qualquer estudo na área requer como premissa a elaboração de indicadores ambientais em unidade físicas. Os países desenvolvidos já avançam nesse sentido, mas a sistematização de estatísticas ambientais é algo ainda bastante distante da realidade dos países em desenvolvimento, como o Brasil. Por isso, os poucos estudos empíricos nessa área acabam recorrendo a um número demasiadamente grande de aproximações e hipóteses simplificadoras, e os resultados assim obtidos devem ser olhados com extrema cautela. Mas ainda que a questão da falta de informações estatísticas em unidades físicas seja superada resta a questão da valoração dessas variáveis. (YOUNG, 2010, p. 156-157)

Pode-se entender melhor essa dificuldade ao analisar o impacto de uma atividade que acarreta em perda da biodiversidade. Nesse caso, essa atividade pode vir a ser responsável por extinção de espécies. E a extinção, como se sabe, é para sempre. Como muitas das espécies já extintas nem sequer chegaram a ser analisadas, fica muito difícil que uma pesquisa consiga determinar, exatamente, como eram as interações e funções desses indivíduos nos ciclos ecológicos, e sendo assim quantificar quais os prejuízos causados ao meio ambiente e aos serviços ambientais prestados a determinada unidade física.

Quando SACHS (1986) se refere à contabilidade nacional, que é usada para medir o crescimento de determinado país, demonstra também os problemas referentes a não valoração do meio ambiente e à falta de consideração do capital natural na lógica de avaliação de desenvolvimento tradicional.

[...] A contabilidade nacional, hoje utilizada para medir crescimento, baseia-se na noção de valor de troca, que abrange indistintamente valores de uso socialmente reconhecidos como tais, pseudo-valores de uso que não trazem qualquer satisfação ao consumidor, salvo talvez uma diferença de *status* em relação aos demais consumidores, os “não-valores”, que constituem, na realidade, um custo de funcionamento do sistema e, não, um resultado. Além disso, ela contabiliza de igual forma os fluxos de recursos renováveis e as punções no capital da natureza (que é um estoque e não um fluxo), seja no caso da mineração, por

exemplo. Outros custos ecológicos de produção – como a destruição do acervo genético ou a degradação da fertilidade dos solos provocada por práticas agrícolas erradas – são simplesmente ignorados; e a própria poluição ainda é um custo, ao mesmo tempo, ecológico e social que mal se começa a se levar em conta, mesmo assim parcialmente e apenas como consequência do custo de despoluição. (SACHS, 1986, p. 38-39)

Apesar de todas as dificuldades, é de grande importância que as instituições que exploram os recursos naturais, sejam eles exauríveis ou renováveis, compensem de alguma forma as comunidades afetadas pelas atividades, mesmo que as compensações ainda não representem o valor total dos prejuízos causados, uma vez que os estudos referentes à valoração do capital natural ainda é muito incipiente. É necessário e urgente que, pelo menos a partir dos estudos já realizados, as organizações usuárias dos capitais naturais, apliquem parte dos lucros em investimentos que melhorem a qualidade de vida das comunidades, além de preservar ou mesmo recuperar unidades impactadas.

Nesse sentido, os indicadores de sustentabilidade são ferramentas de extremo valor para mostrar como as instituições estão se beneficiando do capital natural e dos serviços ambientais (utilização de recursos naturais). Esses indicadores também servem para apontar como e quanto está se investindo em preservação e recuperação do meio ambiente, e mais, como e quanto se investe na melhoria da qualidade de vida das populações que estão sendo afetadas como forma de compensação.

### 3 AS ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS E A SUSTENTABILIDADE

As primeiras organizações lembradas quando o assunto é fomentar o desenvolvimento sustentável são as governamentais, sejam elas nossas cidades, estados, as nações independentes ou entidades que representam um conjunto de nações, como a Organização das Nações Unidas (ONU), OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), assim como as regionais como Mercosul ou Tratado Norte-Americano Livre Comércio (NAFTA – sigla em inglês).

Sem dúvida, o poder das organizações do 1º setor é importantíssimo, pois elas proveem legislação regulatória e fiscalização, além de exercer o poder de polícia e ter o papel de gerir o patrimônio comum das sociedades. Porém, é necessário lembrar o poder de influência crescente das organizações do 2º e mesmo do 3º setor. A capacidade de influência das empresas do setor privado pode ser percebida quando companhias como grandes montadoras de automóveis, bancos multinacionais ou enormes empresas do setor de energia passam a agir segundo políticas voltadas a desenvolver processos produtivos e serviços mais sustentáveis, ou como Veiga (2010) denomina, de redução da insustentabilidade.

Mas há de se analisar as contradições em relação à atuação mais sustentável do setor privado. Para Abramovay (2008), “a responsabilidade socioambiental do setor privado envolve um paradoxo básico”. A grande questão dentro desse paradoxo é que as organizações privadas possuem objetivos puramente capitalistas, ou seja, visam o lucro. Friedman *apud* (ABRAMOVAY, 2008) afirma que “qualquer companhia voltada a controlar a poluição além do exigido por lei, para contribuir com a melhoria do meio ambiente, estaria praticando o socialismo puro e simples”. Apesar disso, é indubitável que cada vez mais as empresas estejam tomando iniciativas para agir de forma a minimizar seus impactos negativos, ou mesmo procurar por oportunidades em relação a aumentar seus impactos positivos, seja na esfera ambiental ou social. É lógico que há interesses empresariais por trás desse tipo de atitude, e a questão que Abramovay (2008) coloca é saber “de que maneira se formam e se exprimem esses interesses”.

De qualquer forma, devem-se considerar as fortes e relevantes pressões dos consumidores de produtos e serviços para que as empresas tenham atitudes cada vez mais sustentáveis. Como exemplo, pode-se citar o caso da rede de lojas de roupas e acessórios Zara, denunciada pelo fato de alguns de seus fornecedores manterem funcionários bolivianos em situação irregular, sendo explorados em trabalho escravo para confecção de roupas, que seriam vendidas por suas lojas. A

repercussão desse caso na mídia foi de grande magnitude, trazendo prejuízos financeiros para a empresa, tanto por danos à imagem como por autuações legais. A empresa se viu, então, na obrigação de melhorar a fiscalização dos seus fornecedores a fim de evitar outros problemas como esse. Esse episódio ilustra o que Vinha (2010, p. 181) diz que, com a emergência do novo termo sustentabilidade, novas regras na concorrência capitalista emergiram, “obrigando as empresas (sobretudo as multinacionais) a adquirirem competência para administrar conflitos e demandas sociais de maneira a se manterem competitivas”.

As empresas compreendem, cada vez mais, que as preocupações com os aspectos relacionados à sustentabilidade estão também relacionadas com preservar os seus ativos financeiros, devido a fatores como geração de passivos ambientais resultante de acidentes ou operações inadequadas, crimes ambientais seguidos por responsabilização penal ou administrativa, indenizações, entre outras. Isso representa uma mudança comportamental das empresas nas últimas décadas que, segundo Vinha (2010, p. 182), resulta da “pressão da sociedade que se organizou para combater o desmatamento e a poluição, e das restrições legais e da ação regulatória e fiscal do Estado”. A autora completa o raciocínio mencionando que, se por um lado as organizações necessitam dispor de altos custos para atendimento às normas legais, “os acidentes e crimes ambientais provocam escândalos corporativos que abalam a confiança dos investidores, consumidores e acionistas, refletindo na queda de vendas e no valor das ações da empresa”.

Outro exemplo eloquente do setor privado é com a rede varejista de supermercados Wal-Mart, com sede nos Estados Unidos e unidades no Brasil, que nos mostra o potencial de impacto que uma organização desse porte pode ter para a redução da insustentabilidade dentro das mais diversas cadeias produtivas e como a pressão da sociedade pode gerar resultados. Há alguns anos, essa rede varejista sofria várias acusações de violar os direitos trabalhistas no seu país de origem. No Brasil foi publicado pela ONG Observatório Social, no ano de 2000, um relatório mostrando vários pontos fracos na atuação dessa empresa tanto no aspecto social junto a seus funcionários, quanto a respeito do meio ambiente, saúde ocupacional e segurança do trabalho. (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2000)

Nos últimos anos, a corporação decidiu colocar em prática uma política focada nos conceitos do desenvolvimento sustentável. Resultado disso pode ser verificado no modo como a empresa influenciou uma ampla rede de fornecedores para lançar produtos menos agressivos ao meio ambiente. Isso se observa no programa especial exibindo pelo Canal de Notícias Globo News com o título de “Sustentabilidade nas Prateleiras”. Nele, a narrativa mostra como fornecedores de vários

ramos foram desafiados pelo Wal-Mart a desenvolver produtos que utilizassem menos água, energia e matérias-primas no processo produtivo. A primeira geração desses produtos, considerados mais sustentáveis, foi apresentada nesse programa especial. Depois de um ano e meio, os repórteres voltaram à rede de supermercados e constataram que a aceitação por parte dos consumidores pelos produtos ambientalmente mais sustentáveis foi grande. Outros 13 novos estavam sendo lançados com o mesmo apelo. A diversidade é grande. Alimentos, cosméticos e higiene pessoal, com empresas no porte da Philips, AMBEV, Santher, Pilão, Veja, Whirlpool entre outros. Verificam-se investimentos em novas embalagens, eco-design, técnicas de produção mais limpa, com obtenção de resultados muito interessantes.

Os efeitos de conscientização também devem ser ressaltados. Isso vem sendo observado nas gôndolas e embalagens dos produtos, pelos comunicados dos esforços para mitigar os impactos ambientais na produção e consumo. Podemos considerar que a leitura dos avanços que as mercadorias indicam contribui para algum nível de educação dos consumidores sobre o tema ambiental, e constituem exemplos de medidas que podem ser aplicadas para ajudar a diminuir a insustentabilidade das atividades humanas.

Analisando o caso do Wal-Mart, pode-se entender a natureza das ações pelas quais as organizações do setor privado podem colaborar para o desenvolvimento sustentável: além de melhorar os produtos na dimensão do meio ambiente também fomentam a dimensão econômica com investimentos em inovação e aplicação de novas tecnologias, com geração de empregos qualificados com boa remuneração. Segundo Diretrizes GRI (2006, p. 3) “um dos grandes desafios do desenvolvimento sustentável é a exigência de escolhas inovadoras e novas formas de pensar”, mostrando identidade das iniciativas citadas com os preceitos dessa organização.

Mesmo tendo como objetivo final o lucro, a implantação de uma política de sustentabilidade nas organizações privadas pode representar contribuição significativa ao desenvolvimento sustentável.

Segundo Abbramovay (2008), é fundamental reconhecer a dependência mútua entre corporações e sociedade. Ele complementa afirmando que as escolhas das empresas não envolvem apenas seleção de tecnologias, preços e procedimentos produtivos. Referem-se, também, à maneira como vão relacionar-se com as dimensões socioambientais, do que fazem ou, em outras palavras, à qualidade de sua inserção social.



As organizações que incorporam a ideia de sustentabilidade possuem a oportunidade de se beneficiarem, tornando públicas suas iniciativas por meio de relatórios de sustentabilidade. Para auxiliá-las a mensurar, divulgar e prestar contas para os *stakeholders* sobre seu desempenho organizacional, em termos de desenvolvimento sustentável, existe metodologias e ferramentas de apoio. Entre elas, destacam-se as diretrizes dos relatórios GRI que, além de apresentarem informações sobre o seu perfil de atuação e sobre sua forma de gestão em base anual, também apresentam indicadores de desempenho econômico, ambiental e social, de uma forma que os mesmos sejam passíveis de comparação na evolução entre diferentes períodos e diferentes organizações.

Os itens a seguir apresentam os principais conceitos sobre indicadores e índices de sustentabilidade.

#### 4 OS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

Conforme Carvalho e Barcellos (2010, p. 99), indicadores e índices podem ser maneiras de mensurar a sustentabilidade mesmo que, “pelo atual estado da arte, a sustentabilidade é imensurável”. Eles acrescentam que “não existe uma definição universalmente aceita sobre sustentabilidade que possa ser aplicada a todas as situações e que não seja excessivamente genérica e pouco precisa”.

Apesar disso, é importante traduzir o desempenho de uma organização quanto à atuação sustentável em números e estatísticas. Há que se considerar que mesmo não sendo suficientes para dar conta de mensurar totalmente a sustentabilidade, ainda assim, traz o benefício da comparabilidade indicativa de quais estão percorrendo caminhos em direção à sustentabilidade e quem está ficando para trás.

Nesse sentido, os indicadores e índices são ferramentas cada vez mais úteis e usadas pelas mais diversas organizações para mensurar, planejar e replanejar sua forma de gestão e comunicar o seu desempenho para o público.

Para D. McQueen e H Noak *apud* Van Bellen (2005, p. 41), um indicador é “uma medida que resume informações relevantes de um fenômeno particular ou um substituto dessa medida”. Para Holling *apud* Van Bellen (2005, p. 42) “um indicador é uma medida do comportamento do sistema em termos de atributos expressivos e perceptíveis”.



FONTE: Adaptado de Hammond et al. (1995) *apud* (VAN BELLEN, 2005)

FIGURA 1: PIRÂMIDE DE INFORMAÇÕES

Conforme Carvalho e Barcellos (2010), a melhor forma de explicação do que são indicadores, índices e dados estatísticos, é a utilização de demonstração gráfica, por meio de uma pirâmide dividida em quatro partes (Figura 1). Em sua base estão os dados primários, que são aqueles brutos, sem qualquer compilação ou agregação. Logo acima, está o subconjunto das estatísticas, que é o agrupamento metódico de séries, de fatos ou de dados numéricos. Na terceira parte estão os indicadores, que são subconjuntos das estatísticas e no topo, os índices, que são as consolidações de indicadores.

Para ir à origem da palavra, Hammond *apud* Van Bellen (2005, p. 41) buscou sua tradução direta do latim *indicare*, que significa: descobrir, apontar, anunciar, estimar.

Os indicadores são provenientes de agregações estatísticas e outros dados colhidos, assim como de sistemas de mensuração e informam o progresso de determinado processo.

Para a ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (1993) *apud* Carvalho e Barcellos (2010, p. 104), “um indicador deve ser entendido como um parâmetro, ou valor derivado de parâmetros, que apontam e fornecem informações sobre o estado de um fenômeno com uma extensão significativa”.

Os indicadores possuem a função de comunicar uma situação histórica atual ou de tendência futura. O autor Gallopín (1997) apresenta suas principais funções:

- ✓ Avaliar as condições e tendências
- ✓ Comparar lugares e situações
- ✓ Avaliar as condições e tendências em relação aos objetivos e metas
- ✓ Fornecer informações de alerta precoce
- ✓ Antecipar condições futuras e tendências

Indicadores trazem comparabilidade por séries históricas e/ou com outras entidades (entre países, instituições, organizações etc.). Mostram a situação em relação a alguma meta e traz insumos indicativos para tomadas de decisões gerenciais.

Para Carvalho e Barcellos (2010), um bom indicador é aquele que possui um maior apelo, ou seja, aquele que, para um determinado assunto, possua os dados estatísticos que forem mais importantes.

As principais qualidades de um bom indicador são:

- ✓ Precisa ser confiável, ou seja, ser obtido através de processos e por organismos que possuam os requisitos para obter resultados confiáveis;
- ✓ Tratar de um tema relevante, que dê um significado a aspectos de importância para quem lê o indicador;
- ✓ Ter boa base teórica, utilizando as melhores metodologias que puderem ser aplicadas para apurar os valores;
- ✓ Ter uma boa cobertura estatística. Se for um indicador sobre a população brasileira, por exemplo, deve-se buscar boa representatividade em todas as regiões do país.
- ✓ Ser sensível às mudanças do objeto;
- ✓ Ser específico em relação ao objeto que está sendo mensurado;
- ✓ Ser facilmente compreendido pelo público alvo, sendo construído para ser comunicado e entendido de acordo com a audiência proposta, seja ela especializada ou não. O bom indicador deve comunicar através de seus atributos, exatamente em relação ao que foi proposto na elaboração do mesmo.
- ✓ Ser periodicamente atualizável e ter uma base histórica, principalmente para se verificar progressos e tendências. Para isso, devem ser atualizados constantemente com intervalos de tempo definidos de acordo com a necessidade em questão.

Por último, os indicadores ainda podem ser classificados como descritivos ou normativos. Segundo Jannuzzi *apud* Carvalho e Barcellos (2010, p. 107), os descritivos “apenas descrevem características e aspectos da realidade empírica, não sendo fortemente dotados de significados valorativos”, enquanto os normativos “incorporam de forma explícita juízos de valor ou critérios normativos”. Um exemplo desse último seria a proporção de casos de cólera e a baixa taxa de saneamento básico por habitante em determinada região.

Ainda Gallopín (1997) argumenta que um indicador que tem uma variável associada a um atributo de interesse num processo de gestão (processo decisório) é muito mais útil do que um indicador que seja superficial ou que tenha características isoladas ao sistema. Portanto, pode-se dizer que os indicadores mais importantes são normativos, pois eles são selecionados para tomadas de decisão.

No último nível da pirâmide (Figura 1), situam-se os índices. A alta agregação de valores para formar um indicador, chegando ao ponto de agregar indicadores diferentes para gerar um novo indicador derivado, é denominada de índice. Eles são comumente utilizados para simplificar um comunicado para a população em geral, aos políticos, os economistas e os formadores de opinião. Já o meio acadêmico prefere trabalhar com as informações de forma mais desagregada.

Carvalho e Barcellos (2010, p. 113-114) complementam que “trabalhar com um conjunto de indicadores, o que, sem dúvida, é muito mais rico em termos de informações, porém esse caminho leva inevitavelmente a duas questões: Que indicadores selecionar? Como não ficar perdido?” Para dar apoio, nesse tipo de situação, existem os *frameworks*, também conhecidos como marcos ordenadores ou estruturas ordenadoras. Para Gallopín (1997), *frameworks* ajudam a organizar os diferentes indicadores relevantes para o desenvolvimento sustentável, pois esse abrange muitas questões e dimensões e uma espécie de marco conceitual é necessária. O autor transcreve as conclusões do *workshop* realizado em Ghent, Bélgica, pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) sobre o uso de *frameworks* de indicadores:

Frameworks de indicadores, organizando indicadores individualmente ou em conjuntos de forma coerente, trazem vários usos adicionais. Eles podem guiar os dados globais e processo de coleta de informações. Eles são ferramentas de comunicação úteis para os tomadores de decisão, resumindo as principais informações provenientes de diversos setores. Eles sugerem agrupamentos lógicos para conjuntos relacionados de informações, promovendo a sua interpretação e integração. Eles podem ajudar a identificar questões importantes e encontrar a informação adequada que esteja faltando, vindo assim a identificar as necessidades de coleta de dados adicionais. Por fim, frameworks de indicadores podem ajudar a divulgar relatórios, através da estruturação das informações coletas, processos de análise dos relatórios e em muitas questões e áreas que dizem respeito ao desenvolvimento sustentável. (GALLOPÍN, 1997)

Na sequência do trabalho, será apresentada a estrutura de um dos principais *frameworks* utilizados hoje pelo meio empresarial, com a finalidade de organizar e comunicar o desempenho quanto ao tema sustentabilidade.

## 5 OS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE SEGUNDO O MODELO GRI

A organização sem fins lucrativos CERES, com base em Boston (EUA), concebeu um mecanismo para divulgação de informações sobre sustentabilidade. Essa iniciativa teve a adesão do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o fruto foi o projeto de criação das Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade GRI.

Em 2000, a primeira versão das diretrizes foi publicada e, por volta de 50 organizações em todo o mundo passaram a utilizá-las, incluindo a empresa brasileira Natura Cosméticos. A organização GRI, até esse momento ainda ligado ao CERES, se tornou independente em 2001 e transferiu sua sede para a Holanda em 2002, formando nesse país uma fundação.

As diretrizes GRI foram atualizadas sucessivamente e a atual versão é a G3, que começou a ser desenvolvida em 2005, envolveu a participação de 100 pessoas em todo o mundo, e foi publicada em 2006.

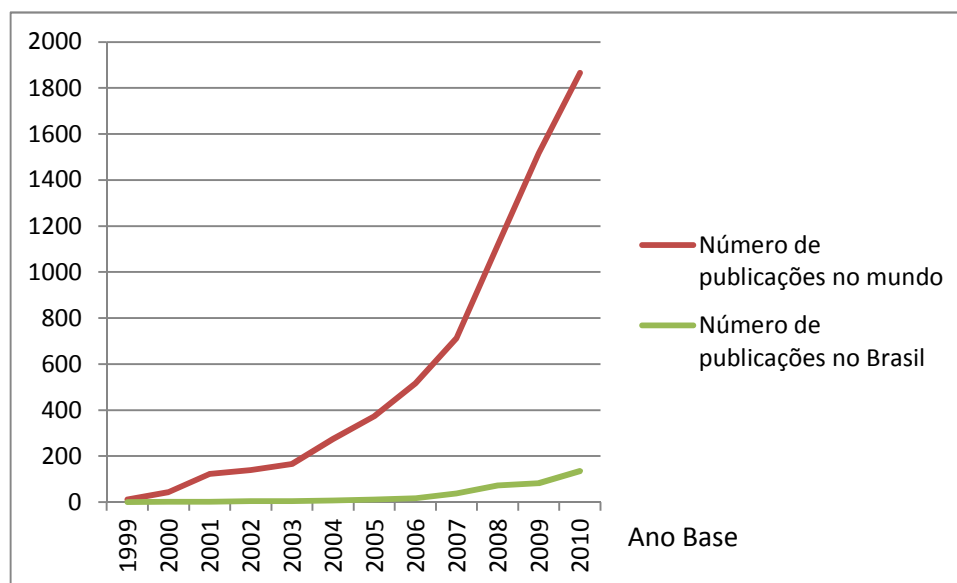
O GRI é uma rede com a participação de peritos e representantes de 40 países e de diversos setores da sociedade (empresas, organizações não governamentais, agências governamentais, entre outros). Eles constituem os grupos de trabalho e órgãos de governança do órgão e determinam suas diretrizes. (HOURNEAUX JUNIOR e HRDLICKA, 2006, p. 7)

Houve um grande crescimento no número de organizações em todo o mundo, e também no Brasil, que tem utilizado as diretrizes GRI para comunicar suas formas de gestão e seus respectivos indicadores de sustentabilidade, conforme mostram o Quadro 1 e a Figura 2.

Ano base	Número de publicações no mundo	Número de publicações no Brasil
1999	11	0
2000	44	1
2001	122	1
2002	139	5
2003	166	4
2004	275	7
2005	373	12
2006	517	17
2007	712	38
2008	1118	72
2009	1517	82
2010	1866	135

FONTE: (GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2011)

QUADRO 1: NÚMERO DE PUBLICAÇÕES DE RELATÓRIOS GRI



FONTE: (GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2011)

FIGURA 2: NÚMERO DE PUBLICAÇÕES DE RELATÓRIOS GRI

## 5.1 O FRAMEWORK DA GRI PARA PRODUÇÃO DE RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

As diretrizes da GRI para elaboração e publicação de relatórios de sustentabilidade foram concebidas visando garantir uma abordagem consistente do desempenho das empresas, possibilitando permitir acompanhamento e intercomparações. Dessa forma, foi formulada uma estrutura padrão de relatório, embasado em princípios que pode ser utilizada por organizações de qualquer porte, setor ou localidade. Levam em conta as questões práticas enfrentadas por uma série de organizações, desde pequenas empresas até grupos com operações variadas e geograficamente espalhados. Visa, ainda, oferecer a quem produz os relatórios e aos seus usuários os princípios e conceitos que suportam a definição do conteúdo do relatório e a qualidade de coleta e divulgação das informações, incluindo os indicadores das esferas econômica, ambiental e social.

Essas diretrizes foram baseadas no *triple botton line*, uma vez que proporciona espaço para relatos nas três esferas de sustentabilidade. Vale ressaltar que não pretende dar o tom da estratégia de sustentabilidade, mas sim proporcionar um modelo que forneça apoio com orientações, que auxilia a relatar aspectos importantes nas três dimensões. Fornece, portanto, um padrão que auxilia a quem relata e também aos leitores, principalmente na comparabilidade entre concorrentes.

### 5.1.1 Princípios e orientações

São importantes informações de entrada para a elaboração dos relatórios segundo as Diretrizes GRI ( 2006, p. 5):

- ✓ Orientações para definir o conteúdo do relatório.
- ✓ Princípios para definir o conteúdo do relatório.
- ✓ Princípios para assegurar a qualidade do relatório.
- ✓ Orientações para estabelecer o limite do relatório.

O relatório deverá conter, conforme orienta Diretrizes GRI ( 2006, p. 6):

- ✓ Perfil, fornecendo informações de contexto geral para compreensão do desempenho organizacional, incluindo sua estratégia e governança. Deve fornecer uma visão estratégica da relação da organização com a sustentabilidade. Um descritivo com os principais impactos, riscos e oportunidades deverá também compor o perfil da organização.



- ✓ Informações sobre a forma de gestão contendo dados cujo objetivo é explicar o contexto no qual deve ser interpretado o desempenho da organização numa área específica.
- ✓ Indicadores de desempenho, os quais expõem as informações sobre o desempenho econômico, ambiental e social da organização passíveis de comparação.

### **5.1.2 Definição do conteúdo do relatório**

As orientações das Diretrizes GRI (2006) que norteiam a composição do escopo do relatório são chamadas de princípios de materialidade. Esses princípios determinam que a organização relatora considere metodologias que, de alguma forma, cubram os temas e indicadores que reflitam os impactos significativos nas três dimensões do *triple bottom line*.

Os temas deverão adquirir importância, conforme a prioridade estabelecida na avaliação dos *stakeholders* e na importância dos impactos econômicos, sociais e ambientais. As Diretrizes GRI (2006, p. 8) destacam que “devem ser considerados os impactos que ultrapassam o limiar que afeta a capacidade de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. As orientações estão, portanto, diretamente sustentadas no conceito básico definido no *Relatório Brundtland*.

A organização deve demonstrar os processos usados para as definições de prioridades. Também deve apresentar a forma como definiu e engajou os *stakeholders* considerados para alimentar com informações de entrada, as quais devem servir de base na definição dos temas e indicadores mais relevantes para comporem o relatório de sustentabilidade.

### **5.1.3 Os indicadores de desempenho**

Estão divididos em três blocos, segundo a abordagem do *triple bottom line*: econômico, ambiental e social, sendo esse último subdividido em cinco partes (emprego; relação entre trabalhadores e governança; saúde e segurança no trabalho; treinamento e educação; diversidade e igualdade de oportunidades).

Os aspectos considerados em cada uma das esferas dos indicadores estão relacionados nos quadros 2, 3 e 4.

	Aspectos relacionados pelas Diretrizes GRI
<b>Indicadores Econômicos</b>	Desempenho Econômico (valores gerados e distribuídos, riscos e oportunidades para as atividades devido às mudanças climáticas, cobertura das obrigações do plano de pensão, ajudas significativas advindas do governo)
	Presença no Mercado (relação dos salários mais baixos comparado ao salário mínimo local, políticas de gastos com fornecedores locais, procedimentos para contratação local de membros da alta gerência).
	Impactos Econômicos Indiretos

FONTE: Adaptado de (DIRETRIZES GRI, 2006)

QUADRO 2: INDICADORES DE DESEMPENHO GRI NA ESFERA ECONÔMICA

	Aspectos relacionados pelas Diretrizes GRI
<b>Indicadores Ambientais</b>	Materiais (uso e reciclagem – renováveis e exauríveis)
	Energia (consumo direto e indireto)
	Água (retirada por fonte, reciclada, reutilizada)
	Biodiversidade (impactos em áreas de proteção ou administrados pela organização)
	Emissões, efluentes e resíduos
	Produtos e serviços (mitigação de impactos ambientais, recuperação de produtos e embalagens)
	Conformidade (multas, sanções e outras não conformidades legais)
	Transporte (impactos significativos no transporte de produtos, bens, materiais e trabalhadores)
	Geral (investimentos e gastos com proteção ambiental)

FONTE: Adaptado de (DIRETRIZES GRI, 2006)

QUADRO 3: INDICADORES DE DESEMPENHO GRI NA ESFERA AMBIENTAL

	<b>Aspectos relacionados pelas Diretrizes GRI</b>	
<b>Indicadores Sociais</b>	<b>Práticas Trabalhistas e Emprego Decente</b>	Emprego (tipo de emprego, rotatividade, faixas etárias, gênero, região; diferenças entre benefícios para empregados registrados e temporários).
		Relação entre trabalhadores e governança (abrangência de acordos coletivos, notificações de mudanças operacionais aos empregados).
		Saúde e segurança no trabalho.
		Treinamento e educação (média de treinamentos com discriminação por categoria funcional, programas de gestão de competências, programas de análise de desempenho e carreira).
		Diversidade e igualdade de oportunidades.
	<b>Direitos Humanos</b>	Práticas de investimento e de processos de compras (cláusulas referentes a direitos humanos em contratos significativos, percentual de fornecedores que são submetidos a avaliações sobre o tema, treinamento a empregados em políticas de direitos humanos).
		Não discriminação.
		Liberdade de associação e negociação coletiva
		Trabalho infantil (identificação de operações com risco de ocorrência e medidas adotadas para a abolição)
		Trabalho forçado ou análogo ao escravo (identificação de operações com risco de ocorrência e medidas adotadas para a abolição)
		Práticas de segurança (treinamento de pessoal de segurança relativo a aspectos de direitos humanos).
		Direitos indígenas.
	<b>Sociedade</b>	Comunidade.
		Corrupção (unidades de negócio submetidas a avaliações de riscos, treinamentos e medidas tomadas em respostas a casos ocorridos).
		Políticas públicas (participações na elaboração, relações incluindo contribuição financeira para partidos políticos ou instituições relacionadas)
		Concorrência desleal (ações judiciais)
		Conformidade legal.
	<b>Responsabilidade pelo Produto</b>	Saúde e segurança do cliente.
		Rotulagem de produtos e serviços
		Comunicações de marketing
		Conformidade legal (inclui número de reclamações comprovadas relativa à privacidade e perda de dados de cliente)
		<i>Compliance</i> (multas por não conformidade)

FONTE: Adaptado de (DIRETRIZES GRI, 2006)

QUADRO 4: INDICADORES DE DESEMPENHO GRI NA ESFERA SOCIAL

O número total de indicadores, por esfera da sustentabilidade, está assim distribuído:

- ✓ Econômicos: 7 indicadores essenciais e 2 adicionais
- ✓ Ambientais: 17 indicadores essenciais e 13 adicionais
- ✓ Sociais
  - Práticas trabalhistas e emprego decente: 9 indicadores essenciais e 5 adicionais
  - Direitos humanos: 6 indicadores essenciais e 3 adicionais
  - Sociedade: 6 indicadores essenciais e 2 adicionais
  - Responsabilidade do produto: 4 indicadores essenciais e 5 adicionais

Desse modo, perfaz-se um total de 79 indicadores de desempenho de sustentabilidade. Cada indicador possui um protocolo que fornece a orientação básica para interpretação e compilação das informações.

Os Protocolos de Indicadores fornecem definições, orientações para compilação e outras informações destinadas a auxiliar as organizações reladoras e a assegurar coerência na interpretação dos indicadores de desempenho. Os usuários das Diretrizes devem também usar os protocolos de indicadores. (DIRETRIZES GRI, 2006, p. 4)

Outra importante área do marco ordenador GRI é sobre o nível de aplicação do relatório, voltado a proporcionar uma adequação amena da organização relatora à ferramenta, uma vez que há três níveis que vão do menos exigente até o mais rigoroso.

#### **5.1.4 Níveis de Aplicação da Estrutura de Relatórios GRI**

De acordo com a maturidade dos relatores, os relatórios são categorizados com três níveis: A, B e C. Os níveis de aplicação são verificados e auto-declarados pelos relatores, segundo os critérios estabelecidos pela GRI onde se exige, para cada nível, um volume mínimo de respostas de indicadores, sendo o nível “C” o menos exigente e o “A” o mais exigente. (DIRETRIZES GRI, 2006)

Os relatórios ainda podem ser auditados externamente por terceiros (empresas de auditoria credenciada pela GRI), ou pela própria GRI. As empresas que passam por auditoria externa de verificação de terceiros podem, na sua autodeclaração, incluir o símbolo “+” no seu nível de

aplicação, ou seja, uma organização que se enquadra no nível de aplicação “B”, caso se submeta a auditoria de verificação de terceiros, se autodeclarará “B+”.

Essas verificações externas apresentam um custo elevado, principalmente para as organizações com menor porte financeiro. Dessa forma elas preferem somente submeter os relatórios de sustentabilidade à consulta pública para que os *stakeholders* e a comunidade em geral verifiquem sua qualidade. As vantagens de se submeter a auditores credenciados derivam de seu preparo para efetuar as validações, buscando na organização evidências através de entrevistas e rastreando documentos de que as diretrizes GRI foram aplicadas na elaboração dos relatórios. Esse processo proporciona uma maior confiabilidade aos *stakeholders* nos relatórios.

Na sequência, o trabalho traz uma pequena imersão no relatório da Petrobras, referente ao ano de 2010, possibilitando assim uma visão, à luz dos conceitos de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e indicadores de sustentabilidade empresarial, sobre a real utilização desses para mensuração de desempenho nessa área.

## 6 UMA ANÁLISE DO RELATÓRIO GRI DA PETROBRAS

O objetivo é fazer uma reflexão sobre o relatório Petrobras de sustentabilidade 2010. Nesse item, são revistas e comentadas as informações publicadas pela empresa à luz das diretrizes GRI, dos conceitos de sustentabilidade forte e fraca e do desenvolvimento sustentável do *triple botton line*.

Primeiramente se apresenta a metodologia adotada para essa análise, seguindo com considerações sobre a questão da sustentabilidade empresarial concernente as empresas energéticas, que tem como principal insumo os combustíveis fósseis em seus processos produtivos.

Na sequência, é relatado um histórico das publicações da Petrobras e são apresentados alguns aspectos gerais sobre o relatório, como o período abrangido e o nível de aplicação segundos as diretrizes GRI.

Cada dimensão, aspecto e indicador do Relatório são analisados e comentados à luz dos conceitos apresentados nos itens dois, três e quatro e das diretrizes GRI.

### 6.1 METODOLOGIA

A análise do relato da Petrobras é estruturada a partir dos seguintes tópicos destacados nas Diretrizes GRI: perfil da organização e forma de gestão; processo de materialidade de conteúdo; temas prioritários na questão da sustentabilidade - ao todo dez; indicadores de desempenho.

A seguir, um resumo de aspectos que serão tratados em cada um dos tópicos.

- ✓ Perfil da organização e forma de gestão: é feita uma reflexão sobre a abordagem relatada pela empresa, em relação a sua visão estratégica e de gestão em termos de sustentabilidade, com base nas Diretrizes GRI e outros conceitos pertinentes.
- ✓ Processo de Materialidade: faz-se uma discussão quanto ao processo apresentado no relatório para priorização e elaboração do seu conteúdo.
- ✓ Os dez temas prioritários: desenvolve-se uma reflexão sobre como cada um dos temas priorizados no processo de materialidade.

- ✓ Indicadores de desempenho: são analisados os indicadores relatados parcialmente. O objetivo é chamar a atenção sobre quanto poderia ser prejudicial aos *stakeholders* a omissão parcial de informações de indicadores de desempenho.
- ✓ Serão relacionados em *bullets* os principais pontos discutidos sobre o relatório no trabalho, fornecendo assim um resumo dos destaques encontrados, seguidos de uma reflexão geral discursiva sobre esses destaques.

## 6.2 AS EMPRESAS EXPLORADORAS DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS E A SUSTENTABILIDADE

A ameaça de crise ambiental em decorrência das mudanças climáticas, provável resultado da alta concentração de Gases Efeito Estufa (GEE) na atmosfera terrestre, principalmente pelo acúmulo em decorrência das emissões pela queima de combustíveis fósseis, pode causar desestabilizações nos padrões climáticos e gerar riscos às formas atuais de vida no planeta.

A responsabilidade pela utilização de combustíveis derivados de petróleo, gás natural e carvão mineral é de todos, pois apesar de serem feitas muitas críticas às matrizes energéticas atuais, poucos estão dispostos a pagar mais caro por energia mais “limpa” ou renovável durante uma possível fase de transição. O exemplo disso está na escolha do combustível utilizado para abastecer os veículos de motor *flex* no Brasil, que funcionam tanto com gasolina como com etanol. Na grande maioria das vezes, o consumidor faz a sua escolha de acordo com o preço a ser pago e não pelo impacto que um ou outro causa ao meio ambiente.

Apesar disso, é crescente a pressão popular para que governos e empresas privadas procurem direcionar suas políticas no sentido de substituir os combustíveis fósseis por fontes de energia renováveis e de menor impacto ao meio ambiente, além dos reclamos para pesquisas e incentivos em desenvolvê-las para torná-las mais acessíveis e utilizáveis em larga escala.

Além dos impactos ambientais causados pela emissão dos GEE's, a exploração de combustíveis fósseis traz outros riscos e danos ambientais de grande magnitude. Prospecção de petróleo em plataformas marítimas podem causar acidentes graves, como o que foi observado em 2011 no Golfo do México, com uma plataforma operada pela empresa British Petroleum, assim como em transportes como o acidente que ocorreu em 1989 com o navio petroleiro da Exxon Corporation, no Alasca. Sem contar os acidentes por vazamentos em oleodutos terrestres que contaminam solo e

cursos d'água. Ainda podem ser citados os estragos proporcionados pela extração de carvão mineral e a própria poluição atmosférica causada pela queima desses combustíveis.

Todos esses aspectos tornam as multinacionais exploradoras dos combustíveis fósseis alvos de críticas e associações de suas imagens com poluição. Isso tem levado a empresas como a Petrobras a investir em projetos visando maior sustentabilidade ambiental. Como outras empresas do ramo, ela busca uma identidade mais ligada à produção energética, em especial de fontes limpas e renováveis.

[...] Os gigantes do petróleo anunciam investimentos vultosos em energia renovável e metas ambiciosas na redução de emissões na tentativa de mudar sua imagem pública, desgastada por décadas na liderança da emissão de CO<sub>2</sub>.

[...] É raro encontrar, hoje, uma empresa deste setor disposta a ostentar o estigmatizado nome de sua principal atividade (seja exploração de petróleo, seja de gás). Todas querem ser reconhecidas, principalmente, como empresas de energia.

[...] Ao menos no plano da retórica, representantes dos mais diversos setores empresariais esforçam-se em demonstrar que os custos ambientais deixaram de ser vistos como um “mal necessário” para serem encarados como “parte integrante do negócio”. (VINHA, 2010, p. 183)

No relatório de sustentabilidade a Petrobras apresenta sua missão: atuar de forma segura e rentável, com responsabilidade social e ambiental, nos mercados nacional e internacional, fornecendo produtos e serviços adequados às necessidades dos clientes e contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e dos países onde atua (PETROBRAS, 2011). De certo, isso expressa a preocupação da empresa com a questão da sustentabilidade, a ser verificada, no entanto, em sua gestão cotidiana.

### 6.3 O HISTÓRICO DAS PUBLICAÇÕES PETROBRAS

A Petrobras é uma empresa de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista sob controle do governo brasileiro, por meio do Ministério de Minas e Energia. Fundada no ano de 1953 é a mais importante petrolífera e líder no mercado brasileiro nesse setor, atuando nos segmentos de exploração e produção, refino, comercialização e transporte de óleo, gás natural, petroquímica, distribuição de derivados, energia elétrica e outras fontes renováveis de energia como biocombustíveis. (PETROBRAS, 2011)



O primeiro ano em que a empresa publicou seu relatório de sustentabilidade com as Diretrizes GRI foi em 2003 referente ao ano de 2002. Nesse ano, apenas quatro empresas no Brasil, segundo o relatório oficial do GRI, publicaram relatórios, sendo a Petrobras uma delas. Na ocasião a versão das diretrizes ainda era a G2.

Desde então, foram publicados relatórios de sustentabilidade baseados nas diretrizes GRI anualmente, sendo que em 2007, ano base 2006, foi publicado o primeiro na atual versão G3, no nível de aplicação A+ e nessa mesma classificação ocorre desde então.

#### 6.4 O NÍVEL DA APLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE PETROBRAS 2010

Em 2010 o relatório de sustentabilidade da Petrobras foi publicado com o nível de aplicação A+, sendo assim, o relatório contempla todos os indicadores de desempenho definidos como essenciais (nível A), e o mesmo foi submetido à auditoria externa (símbolo “+” à frente do “A”). Essa auditoria foi realizada pela empresa KPMG Auditores Independentes, e as conclusões finais estão reproduzidas abaixo:

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações de sustentabilidade divulgadas no Relatório de Sustentabilidade da Petrobras, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, para que o mesmo esteja preparado de acordo com as diretrizes GRI-G3 e com os registros e arquivos que serviram de base para a sua preparação. (PETROBRAS, 2011)

O relatório está disponível na internet, em formato conhecido como *PDF*, que pode ser obtido no site [www.petrobras.com.br/rs2010](http://www.petrobras.com.br/rs2010). Algumas informações podem ser obtidas numa versão *on line*, que se encontra no mesmo site da empresa.

#### 6.5 ANÁLISE GERAL DO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE DA PETROBRAS 2010

Serão tecidas considerações sobre os quatro pontos priorizados anteriormente em 6.1, e considerados importantes no relatório Petrobras (2010), a saber:

- ✓ Informações sobre o perfil da organização e formas de gestão

- ✓ O processo de materialidade de conteúdo para elaboração do relatório
- ✓ Os dez temas apontados pela empresa e *stakeholders* como os mais prioritários na questão da sustentabilidade
- ✓ Os indicadores de desempenho relatados de forma parcial

### **6.5.1 Perfil da organização – atuação corporativa na visão estratégica e formas de gestão**

Além de se propor a atender as diretrizes do GRI, o Relatório de Sustentabilidade do ano de 2010 da Petrobras também se propõe a comunicar o cumprimento dos dez princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), da qual a empresa é signatária.

O relatório é composto por uma parte inicial que transmite aos leitores o perfil de atuação da organização, sua missão, a visão do que a empresa almeja como meta para o ano de 2020 e seus principais valores. Os mesmos estão transcritos abaixo:

- ✓ Desenvolvimento Sustentável
- ✓ Integração
- ✓ Resultados
- ✓ Prontidão para mudanças
- ✓ Empreendedorismo e Inovação
- ✓ Ética e Transparência
- ✓ Respeito à vida
- ✓ Diversidade humana e cultural
- ✓ Pessoas
- ✓ Orgulho de ser Petrobras

Observa-se que, dentro dos valores que a organização preconiza, há forte apelo ao desenvolvimento sustentável, sendo este o primeiro dos valores apontados e ainda fortalecido com outros, enfocando, principalmente, os aspectos sociais e a ética.

Nesse tópico, conforme orienta as diretrizes GRI, há uma explicação sobre sua linha de atuação, porém bastante focada no mercado brasileiro, fazendo pouca menção aos negócios do mercado externo.

Como em grande parte dos relatórios baseados nas Diretrizes GRI por diferentes empresas, este convida o leitor, constantemente, a visitar o site oficial da empresa na internet para obter mais informações.

O perfil de governança da Petrobras é descrito com as funções dos conselhos, diretorias e comitês que compõem o quadro de gestão da empresa. Há, ainda, um organograma hierárquico gráfico ilustrando a composição do quadro gestor.

Quanto à visão estratégica da organização em relação ao desenvolvimento sustentável, observa-se claramente que, durante os diferentes estágios de desenvolvimento de produtos e nas operações do grupo, há preocupação em promovê-lo. Porém, pela gigantesca dimensão da organização, com forte diversidade de atividades, sendo a grande maioria possuidoras de muitos aspectos e impactos ambientais, sociais e econômicos nos mercados onde atua, verifica-se que os planos estratégicos para promoção do desenvolvimento sustentável poderiam ser mais bem explorados. Na análise do relatório, houve inclinação à dúvida se todos os impactos significativos possuem o tratamento que deveriam. Um exemplo disso é a prevenção de vazamentos. Para as operações de exploração de petróleo e gás no meio marítimo, há um grande descritivo da preocupação estratégica da companhia com o tema, porém não se percebe a mesma energia dispensada para operações como transporte de combustível.

A Petrobras não é responsável pelas políticas de consumo de combustíveis fósseis, porém como a empresa possui também operações que envolvem produção de combustíveis renováveis, principalmente de biocombustíveis, observou-se a oportunidade (não aproveitada) do relatório demonstrar se há esforços, no sentido de gerar influência no mercado consumidor e nas políticas públicas, a fim de promover uma migração mais veloz da matriz energética de fósseis para renováveis. O relatório traz estratégia de aumento de produção para atender demandas para biocombustíveis, conforme uma necessidade já existente no mercado, o que já é positivo, mas para o porte da empresa se espera mais empenho em ajudar o desenvolvimento nessa área. Entende-se que o objetivo maior de uma organização empresarial que opera no mercado capitalista é manter sua sustentabilidade financeira, proporcionando lucro aos seus acionistas. Mas, há de se observar que há um forte posicionamento nas comunicações da empresa de que a Petrobras está comprometida com o desenvolvimento sustentável. Segundo os conceitos do *triple bottom line*, os quais o *framework* GRI se apoia, poderia se esperar mais iniciativas relatadas, a fim de fomentar o

desenvolvimento econômico juntamente com o social e preservando o máximo possível o meio ambiente, principalmente o capital natural no caso de uma empresa de energia.

Referente à visão estratégica em relação ao desenvolvimento sustentável, outro ponto positivo que merece destaque é o discurso sobre os planos de gerenciamento específicos nas três esferas do desenvolvimento sustentável. Em especial na área ambiental, com ênfase a programas de eficiência energética, emissões atmosféricas, proteção à biodiversidade e gestão de resíduos.

A organização também demonstra utilizar o princípio da precaução, principalmente para o desenvolvimento de novos produtos e implantação de novos empreendimentos, dando atenção especial às suas responsabilidades com a segurança nacional, pela saúde das pessoas e pela preservação do meio ambiente.

Observa-se, portanto, a preocupação em apresentar uma imagem de que a organização tem comprometimento com a sustentabilidade, porém, não são em todos os aspectos que a empresa oferece exemplos convincentes. As oportunidades de melhoria observadas no relatório serão apresentadas no final desse item.

#### **6.5.2 Os limites abordados pelo relatório de sustentabilidade Petrobras**

O conteúdo do relatório se refere às atividades que a organização opera e suas subsidiárias - Petrobras Distribuidora, Petrobras Química S.A. (Petroquisa), Petrobras Biocombustíveis, Petrobras Transportes S.A. (Transpetro), Liquigás e Refinaria Alberto Pasqualini (Refap). Essas operações estão presentes no território brasileiro e em outros 29 países.

Seguindo as orientações Diretrizes GRI (2006), foi elaborada uma matriz de materialidade, norteando assim os temas prioritários a serem tratados no conteúdo do relatório. Abaixo, encontram-se os dez temas priorizados, de acordo com a produção da matriz:

1. Gestão de riscos
2. Energias alternativas e renováveis
3. Redução e gerenciamento de emissões
4. Prevenção de acidentes
5. Contribuição para o desenvolvimento local

6. Impacto nas comunidades locais
7. Prestação de contas e transparência
8. Gestão, política e viabilização do Pré-Sal
9. Pesquisa e desenvolvimento / inovação tecnológica
10. Engajamento e diálogo com públicos de interesse

Segundo explicações contidas no próprio relatório, a matriz de materialidade foi produzida a partir do cruzamento das percepções dos principais públicos de interesse: empregados, investidores, fornecedores, comunidades, formadores de opinião, especialistas e poder público, entre outros (PETROBRAS, 2011). Não há, porém, maiores detalhes sobre os processos utilizados para se capturar essas percepções junto aos *stakeholders* e traduzidas para a elaboração da matriz.

O autor considera importante que relatórios desse tipo sejam transparentes nesse processo, já que dizem respeito ao escopo do conteúdo do relato. Uma vez que a organização, tendenciosamente, deseje evitar informar certos temas, ela pode simplesmente influenciar para que os mesmos não sejam priorizados, justificando dessa forma que esses sejam pouco ou nada mencionados. Há de se observar, porém, que há um capítulo específico sobre os processos de engajamento e diálogos da empresa com os públicos de interesse. Os procedimentos de comunicação com *stakeholders* em destaque são o sistema de monitoramento da imagem corporativa, monitor de responsabilidade social corporativa, monitor de alinhamento estratégico. Esses processos podem ter subsidiado informações ao processo de elaboração da matriz de materialidade, mas mesmo nesse caso, considera-se importante ter sido descrito em linhas gerais que isso ocorreu e de que forma.

Considerando a premissa de que a matriz de materialidade produzida para apoiar a elaboração do conteúdo do relatório de sustentabilidade da Petrobras para o ano de 2010 esteja traduzindo, de fato, os dez principais temas segundo os próprios *stakeholders*, faz-se a seguir uma reflexão sobre como cada um dos temas é tratado no relatório.

#### 6.5.2.1 Gestão de Risco

Há um capítulo especial, dentro da estratégia da organização, sobre gestão de risco. O foco da preocupação, segundo Petrobras (2011) são os fatores que causam impactos nos resultados corporativos e exigem constante monitoramento em função das metas de crescimento. Observa-se que a empresa está preocupada com os riscos que possam afetar a sua saúde financeira e a sua

imagem. Por isso há atenção especial aos que possam abalar o meio ambiente provocado pelas suas operações. O relatório afirma que a empresa emprega o princípio da precaução quanto a riscos ambientais, principalmente aqueles que possam afetar a saúde humana.

Dessa forma, a empresa demonstra tratar o tema de gerenciamento de riscos de forma sistêmica. Porém, à luz da discussão sobre sustentabilidade desenvolvida nos itens anteriores, na qual se enfatiza uma visão mais abrangente desse conceito, observa-se que faltam evidências no relatório mencionando se há e quais são suas principais bases e processos, visando mitigar impactos negativos em diferentes comunidades. Tendo em vista os perfis das operações da organização, essa exerce forte influência, tanto positiva como negativa, em comunidades das mais diversas culturas, condições financeiras, poder político entre outras. Exemplos a serem citados são as populações pesqueiras nas áreas costeiras, ou na selva amazônica, que são comumente afetadas de forma acentuada quando um novo empreendimento é implantado. Em geral, os entornos dessas comunidades possuem riscos de maior escala que outras áreas, como as urbanas, onde há maior infraestrutura. Portanto, as áreas isoladas necessitam de um gerenciamento de riscos diferenciado.

#### 6.5.2.2 Energias alternativas e renováveis

Em Petrobras (2011), a empresa comunica que está compromissada com uso de energia renovável. Informa que, por utilização do biodiesel produzido, foram evitadas emissões da ordem de um milhão de toneladas de CO<sub>2</sub> no ano de 2010. Destaca projetos como o desenvolvimento de utilização de insumos como óleo de palma no estado do Pará, visando à produção de biocombustível, assim como a conversão de uma usina termelétrica em Juiz de Fora para operar com etanol, além do gás natural. Menciona ainda outro projeto para a refinaria de Duque de Caxias, que utilizará biogás produzido por aterro sanitário como insumo energético.

Destaque também deve ser dado ao fato da empresa propiciar a utilização de gás natural para geração de energia elétrica. A organização via extração de gás de reservas fósseis ou via transporte desse a longa distância através de gasodutos, viabiliza a utilização desse combustível como alternativa para a produção de energia elétrica. Essa alternativa possibilita um plano de contingência para sustentar o crescimento do país, frente às sazonais quedas de produção de hidrelétricas em função de condições hidrológicas desfavoráveis. O gás natural, mesmo sendo um combustível fóssil, é considerado uma boa alternativa de transição da era dos fósseis para os renováveis, que virão principalmente de fontes solares, eólicas ou hídricas. Ele é menos nocivo ao meio ambiente do

que outros fósseis como o petróleo e seus derivados e o carvão mineral, principalmente em relação ao acúmulo excessivo de gases efeito estufa na atmosfera.

Outro ponto a ressaltar refere-se aos biocombustíveis para os quais a Petrobrás tem uma subsidiária específica. O relatório demonstra os investimentos financeiros e as operações implantadas pela companhia que desenvolvem e operam principalmente as produções de etanol e biodiesel. Explica-se que as operações de produção de biodiesel estão em diferentes regiões do país, o que é bom do ponto de vista da sustentabilidade, uma vez que possibilita o desenvolvimento de forma democrática. As usinas que produzem este biodiesel possuem o selo fornecido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário denominado “Combustível Social”. Este selo destina-se aos produtores de biodiesel que promovem a inclusão social e o desenvolvimento regional, por meio de geração de emprego e de renda para os agricultores familiares do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Isso é relevante, pois proporciona grandes oportunidades para projetos socioambientais. Há que se considerar, porém, que a Petrobras está somente seguindo as orientações das diretrizes da política pública brasileira através do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).

O autor considera que a organização publicadora do relatório está respondendo às necessidades do mercado. Não há fortes menções de iniciativa de fomento para utilização em maior escala de energia renovável para além das diretrizes governamentais e demandas de mercado, apesar de haver nessa área um potencial relevante para investimentos mais intensos em produção de combustíveis de fontes renováveis. Dessa forma, entende-se que a Petrobras colocaria em prática, com ênfase, ações mais coerentes com sua proposta de praticar o desenvolvimento sustentável.

#### 6.5.2.3 Redução e gerenciamento de emissões

O aspecto ambiental referente às emissões atmosféricas por parte das empresas do grupo Petrobras é, sem dúvida, um dos que causa os maiores impactos negativos ao meio ambiente e à saúde humana. Tanto em suas operações na exploração e produção de petróleo e gás natural, como de refino para produção de seus derivados e transportes. A utilização dos produtos, principalmente dos combustíveis para transporte e geração de energia, como diesel, gasolina, querosene, etanol, entre outros, é responsável por impactos significativos nos meios antrópico e natural, devido às emissões de poluentes. Entre os impactos estão as mudanças climáticas, devido principalmente às emissões de carbono; a chuva ácida devido às emissões de dióxido de enxofre (SO<sub>2</sub>); problemas respiratórios

devido a materiais particulados emitidos pelos combustíveis e os processos de refino (fontes fugitivas); *smog* fotoquímico resultante das formações de poluentes secundários, originados de poluentes primários como particulados, dióxido de nitrogênio (NO<sub>2</sub>) e Compostos Orgânicos Voláteis (COV's).

Os impactos devidos às emissões provenientes da produção e consumo de combustíveis são dos mais significativos. Faz todo sentido, portanto, que a preocupação com a redução e gerenciamento das emissões esteja entre os dez mais importantes temas em relação à sustentabilidade no relatório da Petrobras.

As Diretrizes GRI (2006), pela importância do tema emissões, possuem indicadores específicos, na maioria tratada como essenciais, que são apresentados em Petrobras (2011) na forma de tabelas, fornecendo dados em valores absolutos das emissões atmosféricas efetuadas pelas empresas do grupo.

Vale ressaltar que o relatório traz tratativas adicionais ao tema, com demonstrações que a companhia tem foco no assunto em suas formulações estratégicas, seja para implantação de novos empreendimentos ou em melhorias nos já existentes, no sentido de gerenciar e diminuir suas emissões de forma integrada, através dos seus sistemas de gestão.

As tabelas com os valores absolutos das emissões apresentam números referentes aos últimos cinco anos em relação a 2010. O relatório mostra também uma relação entre os valores investidos em eficiência energética e gerenciamento de emissões, contra a respectiva economia de consumo de combustíveis nas operações em barris de óleo equivalente (boed). Traz ainda seus principais projetos com objetivos de redução de emissões, sejam eles para cumprir determinações legais, como a diminuição do enxofre na composição com óleo diesel, sejam eles por pró-atividade da organização como pesquisas avançadas para desenvolver tecnologia para separação, captura e armazenamento de CO<sub>2</sub> durante os processos de exploração e produção de petróleo.

Outro destaque é a demonstração de que em alguns aspectos a empresa possui visão sistêmica, elemento vital para o desenvolvimento de ações sustentáveis mais consistentes e eficazes. Prova disso são as iniciativas de aperfeiçoamento logístico, que visam desenvolver um programa de ampliação da infraestrutura dutoviária e hidroviária do Brasil, para transporte do combustível renovável da região produtora do Centro-Oeste e de São Paulo para os mercados consumidores



localizados no país e no exterior (PETROBRAS, 2011). Essa iniciativa, além de reduzir custos, reduz também as emissões atmosféricas de poluentes em operações de transporte.

Apesar do tema ser tratado pela Petrobras como prioritário, praticamente todas suas operações estão ligadas, em sua essência, em emissões, principalmente as atmosféricas. O foco demonstrado é majoritariamente o de redução e mitigação. Para a conversão de rumo em direção à sustentabilidade, baseada no *triple botton line*, faz-se necessário que, empresas como a Petrobras, procurem programas mais desafiadores, com objetivos de encontrar alternativas ao uso de combustíveis fósseis.

#### 6.5.2.4 Prevenção de acidentes

As preocupações com acidentes são facilmente compreensíveis quando o que se avalia são as operações de uma empresa.

Em relação ao isso, a Petrobras traz no relatório conteúdo específico. Além dos indicadores estipulados pelas Diretrizes GRI, há uma tabela contendo os indicadores de vazamentos de óleos e derivados e dos acidentes ocupacionais nos últimos cinco anos. Na tabela constam números absolutos, sem comparações de produção versus ocorrências.

A empresa comunica a preocupação com o tema na sua estratégia de negócios, quando menciona que é reconhecida internacionalmente por possuir excelência nas suas operações em águas profundas, com sofisticado conteúdo técnico e tecnológico que tem na segurança sua principal marca (PETROBRAS, 2011). Afirma obedecer aos mais rigorosos procedimentos de prevenção de acidentes, detalhando alguns processos como sendo os mais avançados, no sentido de prevenir ou mesmo estancar vazamentos rapidamente em casos de acidentes. O treinamento interno de seus colaboradores em segurança também é uma bandeira que a empresa ostenta, sendo essa área foco de grandes investimentos.

Novamente, observa-se uma forte preocupação quanto ao gerenciamento de riscos de acidentes em poços de exploração de petróleo e gás. O mesmo nível de preocupação, no entanto, não é observado para outras operações, as quais possuem riscos elevadíssimos, como os processos de refino de petróleo, transporte e armazenamento de óleo e outros combustíveis.

Considerando-se as preocupações com a exploração em áreas marítimas, é compreensível a atenção dada às prevenções com os acidentes nesse tipo de operação. Seria importante, porém, que a empresa também fornecesse demonstrações, de igual prioridade, na prevenção de acidentes nas outras atividades de alto impacto em caso de desastres.

#### 6.5.2.5 Contribuição para o desenvolvimento local e impacto nas comunidades locais

O potencial de contribuição ao desenvolvimento em áreas remotas devido às características dos negócios da organização é muito grande, talvez o maior entre todas as empresas brasileiras. Há investimentos em áreas como sertão nordestino, áreas costeiras de pouca atividade econômica, região amazônica, entre outros locais que, por consequência do limitado desenvolvimento econômico, há também reduzido desenvolvimento social.

Conforme afirma Franco (2004), promovendo o progresso de localidades periféricas e com baixíssimo índice de desenvolvimento, é possível gerar impactos consideráveis no processo de desenvolvimento de um país como um todo. O impacto positivo local, segundo o autor, aumenta o volume ou promove a distribuição da riqueza, através da multiplicação do número de proprietários produtivos.

Se as atividades da empresa trazem riscos ambientais, provocam exaustão de recursos e afetam diretamente as culturas locais, a implantação de negócios traz a oportunidade de fomentar o desenvolvimento humano, criando infraestrutura básica como saneamento, unidades de atendimento à saúde, escolas, geração de renda e oportunidades, entre outros. Os *stakeholders* também entenderam que o tema “contribuição para o desenvolvimento local e Impacto nas comunidades locais” está entre os dez mais prioritários.

Segundo o relatório, a estratégia é de reduzir riscos, evitar impactos sociais e ambientais negativos e gerar resultados positivos nas comunidades em que atua, mostrando, assim, serem esses aspectos presentes transversalmente em todas as áreas de gestão da organização.

A empresa se ancorou nas iniciativas da Agenda 21 Nacional, para promover localmente onde atua o desenvolvimento de Agendas 21 locais, incentivando o desenvolvimento sustentável através do fomento educacional sobre o tema junto às comunidades. A empresa afirma que o objetivo é contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável nas regiões localizadas nas áreas de

influência de suas unidades de operações e subsidiárias no Brasil, por meio de um processo de diálogo multissetorial que estimula a construção de consensos e parcerias e fortalece a cidadania (PETROBRAS, 2011).

Há projetos relatados no tópico Energias Alternativas e Renováveis, como das usinas de biocombustíveis que operam o “Selo Combustível Social”. Outras iniciativas são destacadas, sendo que as mais significativas surgiram como respostas às demandas levantadas pela empresa junto às comunidades, como mostra o quadro 5, que reflete a preocupação tanto no atendimento aos anseios das comunidades locais quanto ao desenvolvimento e à mitigação de impactos negativos. Outras iniciativas de destaque são: avaliação socioambiental, plano de compensação de atividade pesqueira, projeto de monitoramento de desembarque pesqueiro, programa de ação participativa para a pesca, programas de educação ambiental e oficina de prevenção de áreas impactadas – prevenção à criação de áreas degradadas. (PETROBRAS, 2011).

Parte significativa desses programas de desenvolvimento local e de avaliação / resposta aos impactos nas sociedades locais é resultado de orientações ou exigências de órgãos governamentais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Tratam-se, portanto, de atendimentos a requisitos legais concernentes a legislação específica ou a Estudos de Impacto Ambientais (EIAs).

Nesse trabalho, entende-se que as áreas de negócio implantadas e relatadas em Petrobras (2011) em locais carentes trazem desenvolvimento econômico, com criação de postos de trabalho, maior distribuição de renda, melhor infraestrutura e outros aspectos positivos ao desenvolvimento das comunidades. Fica evidenciado, também, que o desenvolvimento da mão de obra local, a implantação de infraestrutura e outros investimentos são decorrentes das necessidades que o próprio negócio requer para operar.

Vale ainda relatar a referencia a vários programas de cunho social, desenvolvendo práticas de esportes, atividades culturais, com indicadores referentes aos valores monetários investidos.

<b>Demandas levantadas pelas comunidades</b>	<b>Respostas da Petrobras</b>
Desenvolvimento socioeconômico da região	Estímulo ao desenvolvimento das empresas da cadeia de suprimentos, contribuindo para a formação de novos negócios e a geração de emprego e renda.
Melhoria de infraestrutura (posto médico, escola, saneamento, etc.)	Atendimento aos condicionantes de licenciamento ambiental que envolve melhorias de infraestrutura.
Oportunidades de trabalho nas obras	Investimento em qualificação profissional para o setor de petróleo e gás, por meio de cursos gratuitos oferecidos à comunidade.
Manutenção e sinalização das estradas	Exigência de que as empreiteiras contratadas reformem estradas por onde passam os veículos.
Odor, ruído	Realização de visita técnica ao local da reclamação, para avaliar a situação e propor soluções, que são comunicadas àqueles que originaram a reclamação.
Queixas sobre eventuais riscos às pessoas e instalações (medo de explosões, emergências, etc.)	Realização de reuniões com a comunidade (nos comitês comunitários) para explicar a natureza de eventuais impactos ambientais, o monitoramento realizado (qualidade do ar, da água, efluentes, etc.) e medidas mitigadoras tomadas. Quanto aos riscos às pessoas, são realizados simulados de emergência com a comunidade do entorno.
Impactos ambientais decorrentes da implantação de novas instalações e empreendimentos (medo de poluição na água, expulsão de animais e remoção de vegetação)	
Transparência nos processos de patrocínio da companhia	Comunicação explicativa dos processos de seleção pública com materiais impressos e audiovisuais e com sites especiais. Realização de caravanas sociais, culturais e ambientais para esclarecimento de dúvidas e orientação sobre elaboração de projetos.

FONTE: Adaptado de (PETROBRAS, 2011)

QUADRO 5: RESPOSTAS DA PETROBRAS A DEMANDAS LEVANTADAS PELA SOCIEDADE

#### 6.5.2.6 Prestação de contas e transparência

Transparência junto aos seus *stakeholders* é um ponto de destaque. A empresa afirma que adota as melhores práticas de governança corporativa e os mais avançados instrumentos de gestão, atendendo aos requisitos das regras de instituições como a Comissão de Valores Imobiliários de São Paulo e Bolsas de Valores de São Paulo, Nova Iorque, Buenos Aires entre outras. Atende também aos requisitos da Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX) (PETROBRAS, 2011).

Outro elemento para corroborar esse aspecto é o fato de integrar o Índice Dow Jones de Sustentabilidade, pelo quinto ano consecutivo, no qual obteve pontuação máxima no critério “Transparência”.

O relatório Petrobras (2011) publica acontecimentos significativos para o ano de 2010, como o processo de capitalização da empresa, o qual é reconhecido como a maior capitalização do mundo, na qual foram captados no mercado R\$ 120,2 bilhões nas ofertas de ações. São fornecidas informações sobre alguns efeitos colaterais desse processo, como a queda dos preços dos ativos nas bolsas, o papel do Governo Brasileiro nesse processo, o tratamento dado aos acionistas minoritários, e um relato explicativo sobre o atraso ocorrido na oferta das ações em relação ao planejamento que havia sido divulgado.

A empresa se diz compromissada em prestar contas de forma transparente aos seus investidores e a todos os *stakeholders*. Outro ponto que destaca, nesse sentido, são as demonstrações a respeito dos seus investimentos sociais. A empresa, pelo porte que tem no Brasil, investe valores substanciais nessa categoria de projetos, seja para atender a requisitos legais, seja para exercer seu papel de responsabilidade social corporativo, que compõe seu plano estratégico. Além dos indicadores financeiros investidos durante o ano, a empresa demonstra que os processos de seleção dos projetos oferecidos a entidades que possam executá-los são públicos, garantindo igualdade de acesso às informações dos critérios de seleção.

Nos direcionadores empresariais, a política de responsabilidade social da empresa relata que a forma de gestão integrada, ética e transparente dos negócios e atividades, e das suas relações com todos os públicos de interesse, tem a perspectiva de promover os direitos humanos e a cidadania, respeitar a diversidade humana e cultural. Trazem, também, diretrizes referentes a não permitir a discriminação, o trabalho degradante, o trabalho infantil e escravo, contribuir para o desenvolvimento sustentável e para a redução da desigualdade social. (PETROBRAS, 2011)

O discurso da empresa, conforme observado no relatório, está bem alinhado com os princípios da Sustentabilidade segundo o *Relatório Brundtland*, inclusive quando se trata da atuação transparente da organização.

Observou-se que a organização publica para livre acesso outro relatório, também em base anual, com detalhes financeiros referentes ao ano anterior, o qual possibilita aos *stakeholders* utilizá-los em conjunto para entender e aferir as prestações de contas do Grupo Petrobras.

#### 6.5.2.7 Gestão, política e viabilização do Pré-Sal

A descoberta de petróleo na camada de Pré-Sal na costa marítima brasileira, assim como as iniciativas de investimentos para exploração e produção por parte da Petrobras são grandes destaques no conteúdo do relatório. Seja através da mensagem do presidente, ou pelo relato da grande captação de recursos no mercado para investir nessas operações, a publicação traz com grande empolgação os novos negócios que deverão ser alavancados no país sede da empresa.

Sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico, merecem destaque os indicadores financeiros dos investimentos previstos e algumas regras, para que os mesmos sejam motivo de fomento na economia local. O relatório transcreve que a Petrobras investirá US\$ 212,3 bilhões de 2010 a 2014 em projetos no Brasil, sendo que US\$ 142,2 bilhões (67% do total) serão colocados junto a fornecedores brasileiros. A exigência de conteúdo nacional nos equipamentos do setor irá contribuir para a consolidação do país como um polo fornecedor de bens e serviços. (PETROBRAS, 2011)

Quanto aos aspectos relativos a possíveis desastres ambientais, a Petrobras declara que realiza análise de risco nos projetos de perfuração, seguindo as melhores práticas brasileiras e internacionais de segurança, com sistemas de detecção, que possibilitam o fechamento imediato e automático de poços em casos de emergência, prevenindo seu descontrole. (PETROBRAS, 2011)

Há, porém, vários questionamentos técnicos sobre os procedimentos de segurança por parte de organizações ambientalistas. O Greenpeace Brasileiro, por exemplo, afirma que as principais questões não estão devidamente esclarecidas. Sobre isso não foram encontradas menções no relatório.

Nas declarações sobre ações para mitigação de riscos ambientais, a organização declara ter se comprometido voluntariamente a não liberar para a atmosfera o CO<sub>2</sub> produzido no Pré-Sal. Não há, porém, evidência de como este compromisso será cumprido efetivamente, mas sim a iniciativa da criação de um núcleo experimental de tecnologias de separação de CO<sub>2</sub>, no estado da Bahia, com o foco de desenvolver tecnologias para segregar e armazenar, em fissuras geológicas, os gases, evitando assim a emissão para a atmosfera nas atividades de exploração.

Não foram encontradas outras evidências diretamente ligadas ao tema sustentabilidade, em relação às políticas ou processos gestores ligadas à exploração do Pré-Sal. O tema é mais fortemente mencionado na publicação enfocando as oportunidades de negócio para a empresa, assim como de crescimento econômico para o Brasil.

#### 6.5.2.8 Pesquisa, desenvolvimento, inovação tecnológica

A área de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), visando à inovação tecnológica, é estratégica para o desenvolvimento de técnicas de processos e produtos mais sustentáveis, ou seja, que possuam maior ecoeficiência e menor risco.

O princípio da ecoeficiência está fundado no axioma neoclássico de que o progresso tecnológico sempre será capaz de dar resposta às dificuldades de maximizar lucros encontrados pela produção capitalista ao longo da sua trajetória, em contraste com a ideia, por exemplo, de sustentabilidade forte. Com base nesse axioma a World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) adota a seguinte definição para ecoeficiência: um processo contínuo de adição de valor ao mesmo tempo em que se diminui o uso de recursos, geração de resíduos e poluição. (VINHA, 2010, p. 186).

Há muitas menções no relatório de sustentabilidade Petrobras (2011) sobre os investimentos em P&D, incluindo cifras de montantes investidos no ano. Destaque é dado à criação de centros de pesquisa de excelência próprios para desenvolvimento de novas tecnologias de inovação, assim como projetos compartilhados com instituições de reconhecida competência nos temas selecionados. A estratégia da empresa em P&D é: expansão dos negócios, agregação de valor e diversificação de produtos e sustentabilidade.

Percebe-se que a empresa busca a ecoeficiência nos seus planos estratégicos, porém o espaço que o relatório de sustentabilidade propicia, deveria ser mais bem utilizado. Poderia trazer exemplos de casos de sucesso na aplicação de P&D e inovação tecnológica, tanto em processos produtivos como em produtos mais sustentáveis. Bem como apresentar de forma mais explícita e transparente que tipo de pesquisa está realizando para minimizar o risco na exploração marítima do Pré-Sal.

#### 6.5.2.9 Engajamento e diálogo com públicos de interesse

A empresa declara, através de sua publicação, que busca o diálogo constante com seus *stakeholders*, através de diferentes meios de comunicação, utilizando técnicas que respeitem a natureza do público estipulado e o tipo de dados que se está procurando obter, podendo ser qualitativo ou quantitativo. Há quatro principais processos realizados periodicamente para tal fim, que são:

- ✓ Sistema de Monitoramento da Imagem Corporativa (Sismico), usado para aferir e acompanhar a reputação de sua imagem;
- ✓ RepTrak™, desenvolvido pelo Reputation Institute, é um sistema metodológico utilizado por empresas de vários países para mensurar a reputação corporativa das organizações;
- ✓ Monitor de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Market Analysis, é um estudo que ocorre anualmente, com a finalidade de observar o entendimento, a postura e as expectativas da opinião pública de determinado país sobre responsabilidade social corporativa;
- ✓ Monitor de Alinhamento Estratégico (EcQ™ – Employee Communication Quotient), também desenvolvido pelo Reputation Institute para medir o alinhamento dos empregados às estratégias corporativas da companhia, a partir da aferição dos níveis de conhecimento, compreensão e comprometimento do público com tais estratégias.

Outro canal de comunicação é um site na internet, para uso interno e externo, destinado à ouvidoria. Possui orientações e notícias, além de um formulário eletrônico para qualquer público utilizar para sugestões, críticas ou denúncias.

A subsidiária Transpetro possui um programa de comunicação com as partes interessadas, promovendo projetos e diálogos junto às comunidades do entorno, aos órgãos públicos ligados a estados, municípios, empresas e organizações civis.

Há, também, no relatório alguns exemplos de diálogos ocorridos com vários tipos de *stakeholders* em situações específicas, como com clientes da Petrobras Distribuidora ou agricultores fornecedores da Petrobras Biocombustível. O relatório convida o leitor a conferir no site da internet da empresa diálogos entre a organização e os públicos de interesse, assim como os principais assuntos envolvidos.



O presente trabalho identificou falta de descritivo dos processos de engajamento junto aos *stakeholders*, especificamente em relação ao desenvolvimento da matriz de materialidade para definição do conteúdo do relatório de sustentabilidade. O relatório deveria informar quais são os principais *stakeholders* identificados no processo de elaboração do relatório e de que forma eles foram identificados e priorizados

### 6.5.3 Os indicadores de desempenho reportados no relatório

O Relatório de Sustentabilidade Petrobras (2011) apresenta índice remissivo contendo todos os indicadores segundo as Diretrizes GRI (2006), sejam esses essenciais ou adicionais. Dele consta descrição do tema, o grau de aderência (relato integral ou parcial) e em qual página do relatório podem ser encontradas as informações referentes a determinado indicador. Em alguns casos o índice aponta que algumas informações estão disponíveis somente no site da empresa.

Partindo-se da premissa de que o conteúdo dos indicadores relatados de forma integral foi validado por auditoria independente e também pela própria GRI, na sequência faz-se a análise dos indicadores de sustentabilidade nas esferas econômica, ambiental e social relatados de forma parcial<sup>2</sup>. O propósito é trazer em discussão aquilo que não foi completamente informado pela organização, assim como as fraquezas no processo de relatar a sustentabilidade da empresa por esse motivo, segundo os conceitos do *triple bottom line*.

#### 6.5.3.1 Indicadores na esfera econômica

Todos os indicadores de desempenho econômicos, segundo as Diretrizes GRI (2006) são apresentados no relatório, independente de serem caracterizados pelo *framework* como essenciais ou adicionais. Três deles, porém, são classificados como divulgados apenas parcialmente. Seguem considerações sobre cada um deles.

EC2 - Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas. Para esse indicador, as Diretrizes GRI (2006) orientam que seja informado se a alta direção considerou esse tema no processo de gestão da organização, as

---

<sup>2</sup> Indicadores parciais: são aqueles relatados pela empresa, porém com informações incompletas em relação ao que recomendam os conjuntos de protocolos de indicadores GRI.

potenciais implicações financeiras para a organização e se há cálculo quantitativo sobre esses riscos.

Considerando-se a natureza da empresa, o tema deve ser tratado com prioridade, uma vez que esses são significativos em praticamente todas as suas operações. Seria, portanto, de grande importância que houvesse um mapeamento dos principais riscos e oportunidades, apresentando aos *stakeholders* uma visão clara de quão vulnerável está a empresa em relação ao tema.

Mesmo não trazendo o indicador conforme o protocolo das Diretrizes GRI (2006) recomenda, a Petrobras trata o tema. Traz conteúdo informativo como a perspectiva de aumento das emissões dos gases efeito estufa pelo Brasil nos próximos anos, com as respostas que a organização está colocando em seu plano estratégico, incluindo projetos que deverão colaborar substancialmente para mitigar as emissões.

É observado, mesmo que de forma parcial, que o relato traz uma análise dos possíveis impactos nas atividades da organização, mas é importante que esse seja aprofundado a cada ano de acordo com as Diretrizes GRI (2006), em vista da urgência no assunto.

EC6 - Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes. As Diretrizes GRI (2006) orientam que sejam fornecidas informações sobre contratação de fornecedores locais em nível regional. No relatório Petrobras (2011), a empresa afirma que adota como política usar o seu poder de compra para desenvolver a indústria nacional, exigindo conteúdo local mínimo em seus projetos. A companhia considera fornecedores locais aqueles situados nos mesmos países de suas atividades.

Pelas dimensões do território brasileiro e desmedida diferença de desenvolvimento da atividade econômica entre as regiões, a política da empresa deveria considerar uma maior proximidade com as plantas produtivas. Dessa forma, a Petrobrás usaria mais efetivamente o seu potencial de fomentação de desenvolvimento econômico em locais remotos e pouco desenvolvidos. Neste ponto, o autor convida o leitor a refletir se as políticas das empresas, que declaram promover o desenvolvimento sustentável, não deveriam ter papéis mais colaborativos, no sentido de gerar uma melhor distribuição de crescimento econômico. Atenção especial deve ser dada em relação àquelas que exploraram extensivamente e de forma direta o capital natural nas suas atividades econômicas.

Dessa forma, as comunidades locais seriam compensadas com desenvolvimento econômico e social pela utilização dos recursos exauríveis.

EC9 - Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos. Esse indicador, segundo as Diretrizes GRI (2006) é qualificado como opcional e o relatório trata o tema como prioritário, de acordo com o processo de materialidade. São destacados dois pontos importantes, que são geração de renda e oportunidades de trabalho e pelo fim do trabalho degradante.

Outras informações deveriam ser prestadas aos *stakeholders*. As Diretrizes GRI (2006) indicam algumas importantes:

- ✓ Desenvolvimento econômico em áreas de alto índice de pobreza;
- ✓ Impacto econômico da melhoria ou deterioração das condições sociais ou ambientais;
- ✓ Disponibilidade de produtos e serviços para pessoas de baixa renda;
- ✓ Fortalecimento das habilidades e conhecimentos de uma comunidade profissional ou em uma região geográfica;
- ✓ Empregos indiretos nas cadeias de suprimentos;
- ✓ Impacto econômico da mudança no local das operações ou atividades;
- ✓ Impacto econômico do uso de produtos e serviços.

Como se pode observar, o tema poderia ser tratado com maior riqueza no relatório, tendo em vista as oportunidades e riscos que as atividades da organização propiciam nas regiões onde atua.

#### 6.5.3.2 Indicadores na esfera ambiental

Todos os indicadores da esfera ambiental estão relatados, segundo o índice remissivo, sejam eles categorizados pelas Diretrizes GRI (2006) como essenciais ou adicionais. Alguns desses indicadores, relatados de forma parcial, serão comentados a seguir, tenham ou não sido priorizados pelo processo de materialidade.

EN1 - Materiais usados por peso ou volume. Esse indicador só possui referência no índice remissivo GRI do relatório para a versão *on line*. Essa apresenta que a empresa ainda não possui monitoramento total dos materiais usados. As Diretrizes GRI (2006) explicam que esse indicador

descreve a contribuição da organização relatora à conservação da base de recursos globais e os esforços para reduzir a intensidade dos materiais e aumentar a eficiência da economia. O protocolo indica que matérias-primas, materiais associados a beneficiamento, mercadorias ou peças semi fabricadas e materiais para embalagens usados, comprados de fornecedores externos e obtidos de fontes internas, devem ser indicados, incluindo destaque para aqueles considerados não renováveis. Apesar disso, o indicador, no processo de elaboração de materialidade, não foi priorizado.

Devido às características das operações produtivas das empresas da organização, grandes volumes de recursos, com destaque especial aos não renováveis de origem fóssil, são utilizados em larga escala, porém o relato apresenta somente quatro indicadores de consumo de materiais, relacionado a ações para utilizar materiais recicláveis.

Considerando-se que o “aspecto ambiental” caracterizado como consumo de recursos não renováveis é um dos principais da organização relatora, esse indicador possui importância destacada e o relato muito pouco contribui para manter os *stakeholders* devidamente informados sobre o tema. O presente trabalho também analisa que o status de parcialmente informado não é adequado ao indicador, sendo mais transparente apresentá-lo como não informado devido à pobreza das informações fornecidas.

EN2 – Percentual dos materiais usados provenientes da reciclagem. Esse indicador está diretamente ligado ao EN1, pois somente é possível verificar o percentual de material proveniente da reciclagem caso sejam coletadas e relatadas informações sobre os totais de materiais consumidos. O índice remissivo do relatório direciona para o mesmo conteúdo comentado no indicador EN1.

Os materiais consumidos provenientes de reciclagem e relatados são catalisadores usados nos processos de refino (sem indicação de quantidade), pneus usados retalhados para serem utilizados como matéria-prima no processo da Unidade de Industrialização de Xisto (em valores absolutos) e pneus usados para fabricação de asfalto (em valores absolutos). Considera-se, nesse trabalho, que é muito pouco em relação ao potencial que uma organização desse porte pode apresentar.

EN3 - Consumo de energia direto discriminada por fonte de energia primária. Indicador de extrema relevância, pois os processos produtivos da Petrobras são caracterizados pelo alto consumo de energia. Esse indicador, segundo as Diretrizes GRI (2006), tem como objetivo demonstrar o

consumo de fontes de energia direta que abrangem o escopo de Gases de Efeito Estufa (GEE) do Protocolo de Kyoto.

O relatório apresenta os valores de consumo absoluto de óleos diesel e combustível; gás natural, de refinaria, residual e GLP; coque e outros. Os valores são absolutos, em acordo com a indicação das Diretrizes GRI (2006). Entende o autor que esses valores deveriam ser apresentados de forma a ser facilmente identificada pelo leitor sobre a eficiência energética, ou seja, quanto está sendo produzido por cada unidade de energia consumida.

Não há explicação de quais informações não estão sendo relatadas, tornando difícil o entendimento por parte dos *stakeholders* do que exatamente está faltando na publicação.

Esse também é um tema não priorizado no processo de elaboração de materialidade do relatório, mas a questão é, se uma empresa de energia como a Petrobras, não deveria priorizar indicadores relacionados com sua atividade principal, independentemente da matriz de materialidade.

EN4 - Consumo de energia indireta discriminada por fonte primária. Como o indicador anterior, as Diretrizes GRI (2006) determinam a apresentação do consumo de energia em valores absolutos. As informações devem ser referentes à compra de eletricidade, vapor ou calor. A Petrobras apresenta os valores das energias elétricas e de vapor adquiridas e, nesse caso, também não menciona o porquê do relato ser parcial. A mesma análise do indicador EN3 vale para esse caso, pois se considera que o tema energias deva ser priorizado pela empresa na composição da materialidade do relatório de sustentabilidade.

EN13 - Habitats protegidos ou restaurados. Esse indicador, segundo as Diretrizes GRI (2006), deve conter informações específicas que mostrem como os planos da organização estão prevenindo ou mitigando impactos negativos associados às suas atividades. As operações de extração de petróleo e gás natural da Petrobras possuem características de impactar habitats protegidos, seja em áreas florestais ou nos oceanos. Desse modo, faria sentido que a empresa, sendo ou não esse um assunto priorizado no processo de materialidade, desse-lhe maior atenção a fim de relatar de forma integral as informações solicitadas pelo indicador.

O ponto positivo é que o relatório dispõe de várias informações sobre os projetos relativos à proteção de habitats, biodiversidade e recuperação de ambientes. Ressalta-se que o relatório,

demonstrando não ter intenção de praticar *green washing*, relata de forma transparente que boa parte das ações são derivadas de requisitos legais, provenientes de compromissos assumidos pela empresa em processos de licenciamento ambiental para implantação de atividade potencialmente poluidora.

EN17 - Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso. Esse indicador é seguido de outro, que se refere às emissões diretas e indiretas de GEE (EN16). Esses dois indicadores devem ser usados em combinação. O EN16 está relatado de forma integral, segundo o índice do relatório. Já o EN17, está qualificado como relatado parcialmente e é prioritário segundo o processo de materialidade.

Segundo o relatório Petrobras (2011), a empresa divulga voluntariamente seu inventário de emissões de gases de efeito estufa, tanto em publicações próprias quanto por meio da participação em iniciativas como o Programa Brasileiro GHG Protocol, do qual a companhia é membro fundador, e o Carbon Disclosure Project (CDP). Colabora, ainda, com ações no âmbito do Governo Federal e dos governos estaduais nessa área.

Foi relatada tabela com o total das emissões diretas e indiretas no ano referente ao relatório e nos dois anteriores, em valores absolutos, como orienta as Diretrizes GRI (2006).

Considera-se que o relatório traz bom conteúdo de informações referente às emissões de GEE's, mostrando que utiliza os mais reconhecidos padrões internacionais de inventário. Importante comentar que os valores são apresentados em termos absolutos e, para que fosse demonstrado de forma mais eficaz, as informações deveriam conter valores emitidos em combinação com informações referentes à produção proporcionada com as respectivas emissões, demonstrando assim quão eficiente é a organização nesse quesito e possibilitando melhor comparabilidade com outras empresas do mesmo ramo.

EN22 - Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição. Esse tema não foi priorizado no processo de materialidade do relatório de sustentabilidade e o indicador foi relatado de forma parcial, sendo publicado o total de resíduos sólidos, sem discriminação como orienta as Diretrizes GRI (2006). Essa determina a identificação da forma como foram dispostos (compostagem, aterros, reutilização, reciclagem, etc.).

O aspecto positivo da tabela apresentada pelo relatório é que, além dos totais de resíduos gerados nos processos produtivos em toneladas no comparativo de três anos, há também uma coluna mostrando a produção de óleo da companhia em m<sup>3</sup> por dia. Possibilitando, portanto, que o leitor verifique como anda o desempenho da empresa nesse tema.

Os processos produtivos da Petrobras, por suas naturezas operacionais, possuem a característica de gerar muitos resíduos perigosos. Verifica-se, portanto, que seria de grande relevância aos *stakeholders* que o relatório apresentasse informações sobre os processos de disposição dos seus principais resíduos gerados.

EN23 - Número e volume total de derramamentos significativos. Para esse indicador, as Diretrizes GRI (2006) solicita que sejam informados o número e volume total de derramamentos significativos, bem como os impactos e, para aqueles que foram relatados nas demonstrações financeiras, fornecimento de dados como: local e volume do material derramado, contaminação do solo e informações sobre substâncias químicas para cada evento.

O relatório Petrobras (2011) publica que os vazamentos de petróleo e derivados em 2010 atingiram 668 m<sup>3</sup>, ultrapassando em 7,9% o limite estabelecido para o ano, de 619 m<sup>3</sup>. Ainda assim, vem sendo mantida a tendência de níveis de vazamento inferiores a um metro cúbico por milhão de barris de petróleo produzidos, um referencial de excelência na indústria mundial de óleo e gás. Há uma tabela indicando dados referentes aos valores absolutos de número de vazamentos e volume em m<sup>3</sup> nos anos de 2008 a 2010. O tema foi priorizado no processo de materialidade, dentro de prevenção de acidentes, porém as informações contidas no indicador, como se pôde observar, são parciais em relação ao que determina o *framework GRI*.

EN28 - Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais. Nesse indicador, as Diretrizes GRI (2006) orientam para identificar as sanções administrativas ou impostas à organização por descumprimento a leis ou regulamentos ambientais. Isso inclui não somente atendimento a requisitos legais, como também a convenções e tratados internacionais e acordos voluntários com agências regulatórias. Na publicação está relatado que em 2010 foram constatados 21 autos de infração ambientais, que totalizam em multas o valor de R\$ 80,75 milhões. Esses números só consideram as multas com valores iguais ou superiores a R\$ 1 milhão. (PETROBRAS, 2011)

O tema não foi priorizado no processo de materialidade do relatório. Observa-se que, apesar da não priorização, seria de relevante contribuição para os *stakeholders* a publicação de maiores detalhes sobre as multas e sanções. Como esse tipo de informação fica registrado na documentação da empresa, por tratar-se de assunto legal, não seria necessário desenvolver processo de medição adicional para capturá-las segundo as orientações do *framework GRI*. Por esse motivo, fica aberta a questão se não houve falta de transparência no relato desse indicador.

#### 6.5.3.3 Indicadores na esfera social

Das cinco subdivisões de indicadores da esfera social segundo as Diretrizes GRI (2006), a Petrobras relatou três de forma completa e dois parcialmente. Os parciais são LA2 (Número total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região) e LA7 (Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região) referentes à divisão empregos e HR1 (Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas ou que foram submetidos a avaliações) referentes à divisão direitos humanos. Esses três indicadores, segundo as Diretrizes GRI (2006) são considerados essenciais. Na sequência, faz-se uma análise de cada um dos indicadores mencionados:

LA2 - Número total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região. A função desse indicador, segundo as Diretrizes GRI (2006) é mostrar a taxa de rotatividade. Ela pede para identificar o número total e taxa de empregados que deixaram o emprego durante o período coberto pelo relatório, discriminado por gênero, faixa etária e região.

O relatório, na versão *on line*, apresenta duas tabelas, uma contendo a taxa de rotatividade brasileira e estrangeira por gênero e faixa etária, e a outra a taxa de rotatividade consolidada por região brasileira e por país.

O indicador apresenta bom conteúdo de informações e o relatório não traz informações referentes ao motivo por ter sido classificado como relatado de forma apenas parcial.

LA7 - Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região. As Diretrizes GRI (2006) orientam que esse indicador é uma mostra sobre o desempenho em segurança e saúde da empresa, de grande importância, pois é uma medida fundamental do dever de cuidar de uma organização. Baixas taxas de lesões e de absenteísmo estão



geralmente relacionadas a tendências positivas no moral e produtividade do pessoal. Esse indicador mostrará se as práticas de gestão de segurança e saúde estão resultando em um menor número de incidentes relacionados à segurança e saúde no trabalho.

Esse tema é de grande relevância, pois considerando as características das operações da Petrobras, que em sua maioria apresentam grande risco para os trabalhadores, envolvendo atividades como exploração de óleo e gás em águas profundas e ultra profundas, perigo constante de explosão e incêndio nos processos de transporte e refino de combustíveis, trabalho em regiões isoladas por tempo prolongado, entre outros. Por isso, apesar do tema não fazer parte da priorização no processo de materialidade do conteúdo do relatório, fica evidente ser necessário manter os *stakeholders* informados com a maior transparência possível.

Apesar do relato não ser tão completo como o *framework* orienta, trazendo quebras de informações, fornecendo dados sobre detalhes específicos, ele apresenta as principais taxas como as de acidentes fatais, frequência de acidentados com afastamento, percentual de tempo perdido e incidência de doença ocupacional. Um importante ponto de melhora é que a organização se preocupe em desmembrar as informações por região, como é definido o protocolo das Diretrizes GRI (2006).

Na reflexão efetuada, conclui-se que a empresa está apresentando um razoável nível de dados sobre o indicador aos *stakeholders*, podendo melhorá-lo para as próximas edições com maior riqueza de detalhes, porém não se pode afirmar que se esteja omitindo algum ponto.

*HRI - Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.*

As Diretrizes GRI (2006) dizem que essa medida é uma indicação de até que ponto os direitos humanos estão integrados nas decisões econômicas de uma organização. Sendo os direitos humanos um importante aspecto do pilar social da sustentabilidade, esse indicador assume grande importância, mesmo não tendo sido tema prioritário no processo de materialidade do conteúdo do relatório.

No relatório Petrobras (2011), há a afirmação de que a defesa dos direitos humanos, tanto interna como externamente, faz parte da estratégia corporativa da Petrobras e é um dos pilares da atuação da companhia. Está explicitada, ainda, nas Políticas Corporativas de Responsabilidade Social e de Recursos Humanos e no Código de Ética. A empresa declara que:

- ✓ É signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU);
- ✓ Endossa os Princípios de Empoderamento das Mulheres, promovidos pelo Fundo de Desenvolvimento da ONU para a Mulher e pelo Pacto Global;
- ✓ Assina a Declaração de Compromisso Corporativo de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, uma iniciativa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em parceria com o Sistema Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) e o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS);
- ✓ Faz parte do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil.

Avalia-se que o fato da Petrobras ter assumido os compromissos junto às conceituadas instituições relatadas já é um bom indicador de que respeita e faz os fornecedores respeitarem os direitos humanos nas suas operações.

## **7 REFLEXÃO SOBRE O RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE DA PETROBRAS**

Esse item traz primeiramente o que foi destacado como pontos mais positivos durante as análises efetuadas no relatório da Petrobras. Esses pontos foram comentados durante a elaboração das reflexões os itens acima. Aqui, o objetivo é fornecer um resumo salientando ponto a ponto o que o autor encontrou como boa prática, que atende plenamente ou ultrapassa as diretrizes GRI, age com visão sistêmica, enfim, possuem parâmetros e características em aderência com o desenvolvimento sustentável.

Na sequência, estão destacados os pontos que o autor considerou como oportunidades de melhorias, ou seja, aquilo que poderia ser mais bem apurado e relatado, considerando-se a base teórica dos itens sobre sustentabilidade forte e fraca, o *tripple botton line*, assim como o *framework* GRI para elaboração dos relatórios de sustentabilidade.

Após esses pontos, apresentados em *bullets*, o item se encerra com as reflexões finais sobre o relatório analisado.

### Pontos positivos

- ✓ Desenvolvimento sustentável é apresentado como primeiro item entre os dez maiores valores da Petrobras;
- ✓ Demonstra tratar o tema Gerenciamento de Riscos em uma visão sistêmica;
- ✓ Tem como prioridade na agenda da empresa o crescimento de atuação em energia renovável;
- ✓ Demonstra ter forte foco na mitigação das emissões de poluentes decorrentes das operações com boa visão sistêmica;
- ✓ Forte preocupação em prevenção de acidentes em plataformas marítimas;
- ✓ Utiliza o princípio da precaução no desenvolvimento de novos produtos e empreendimentos;
- ✓ Alguns indicadores, como emissões atmosféricas, são apresentados em tabelas com valores referentes aos últimos anos, permitindo assim análise evolutiva;
- ✓ Evidências que possui bons indicadores de atuação com transparência de investimentos financeiros;
- ✓ A empresa se compromete a investir seriamente em tecnologias para capturar e armazenar gases de efeito estufa em sumidouros geológicos na exploração do Pré-Sal;
- ✓ Apresenta várias fontes com contatos e convida o leitor a participar do processo de comunicação com a empresa;

### Lacunas e oportunidades de melhoria

- ✓ O escopo do relatório é praticamente restrito ao território brasileiro, apesar da empresa possuir forte atuação internacional;
- ✓ Parte do conteúdo é remetida para pesquisas na internet. Comunidades com dificuldades de conexão à rede mundial de computadores podem ficar sem acesso a algumas informações;
- ✓ Poucos detalhes sobre os processos utilizados para capturar as percepções junto aos stakeholders utilizadas para a elaboração da matriz de materialidade do relatório;
- ✓ Poucas evidências de processos que visam mitigar impactos negativos nas comunidades onde atua;
- ✓ Traz informações que evidenciam foco em prevenção de acidentes nos poços de petróleo, mas há pouca evidência do mesmo em atividades de refino e transporte. Há oportunidade de explorar mais e melhor a divulgação da forma como a empresa administra seus aspectos e impactos ambientais;

- ✓ O desenvolvimento de produção e uso de energia renovável demonstra ser apenas para atender as políticas públicas ditadas pelo governo e mercado brasileiros. Não há evidências de que a Petrobras tenha planejado estratégias para fomentar esse importante mercado, que é menos insustentável que o do uso de energia baseado em combustíveis fósseis;
- ✓ Os indicadores são em sua maioria em valores absolutos. Um ponto de melhoria, para as diretrizes de relatórios de sustentabilidade observadas, é para que haja referência entre valores indicativos das esferas ambientais e sociais, contrapostos aos valores produtivos;
- ✓ Maior riqueza de informações no item contribuição para o desenvolvimento local e impacto nas comunidades locais. O relatório poderia ser mais transparente em relação à quais projetos são de iniciativa direta da empresa e quais são de atendimento a requisito legal;
- ✓ Fraqueza de informações no indicador de implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades devido a mudanças climáticas, considerando-se que as operações da Petrobras apresentam alto grau de riscos em relação ao tema;
- ✓ Alguns indicadores estão apresentados de forma parcial, mesmo tendo grande importância para a sustentabilidade das operações da Petrobras. São eles: Consumo de materiais e energia nos processos produtivos, volumes de resíduos gerados e número e volume total de derramamentos significativos.

O relatório de sustentabilidade Petrobras ano base 2010 demonstrou ser um importante instrumento para a empresa comunicar ações de sustentabilidade aos *stakeholders*. Declara, com assinatura da alta gerência, que possui comprometimento com a prática do desenvolvimento sustentável. É um espaço extraordinário para que, pelo menos uma vez ao ano, a organização faça um sumário e avaliação de seu desempenho não só na esfera econômica, mas também em outras, como os impactos gerados nas dimensões sociais e ambientais.

Em alguns temas, como o caso da exploração de petróleo e gás no Pré-Sal, fica perceptível o desbalanceamento entre as dimensões econômicas, social e ambiental. O lado econômico é aquele que prevalece e as principais preocupações quanto aos aspectos e impactos ambientais são pouco abordados. É facilmente entendido que as organizações empresariais têm como objetivo principal o lucro, porém é importante o exercício da análise do discurso da empresa em contrapartida com suas ações. Nesse caso, observa-se uma priorização excessiva do fator financeiro para quem discursa total comprometimento com a sustentabilidade.

Observa-se que a empresa relatora precisa dar foco aos indicadores de sustentabilidade mais significativos, pois o excesso pode deixar o leitor perdido e causar uma falsa interpretação sobre o desempenho. Já a omissão de indicadores importantes vem a ser um problema ainda maior, uma vez que o leitor pode ser iludido quando deixa de ser informado sobre um desempenho importante, principalmente se ele foi negativo naquele período.

Outro ponto é que os indicadores apresentados somente com valores absolutos transmitem informação incompleta ao leitor. Em alguns deles, os próprios protocolos do GRI não solicitam que sejam normativos. Observa-se que, dessa forma, a comunicação fica empobrecida, pois não traz condições plenas de comparabilidade entre diferentes organizações do mesmo ramo, como é um dos objetivos dos marcos ordenadores para indicadores de desempenho. Como vimos na visão de Gallopín (1997), são os indicadores normativos mais indicados para serem os selecionados para tomada de decisão.

A Petrobras possui um papel importante no desenvolvimento do país e especialmente em regiões isoladas. Assim, se a empresa pretende incorporar a ideia de desenvolvimento sustentável, deve agir na perspectiva de desenvolver as comunidades locais, de forma a compensar com desenvolvimento econômico e social os impactos gerados no consumo de recursos não renováveis e a poluição causada nas suas operações.

Observou-se ainda que o *framework* GRI incorpora o *triple bottom line*, porém não dita que sustentabilidade a organização deve desenvolver. A Petrobras apresenta no relatório uma boa visão de sua forma de gestão sobre o tema. É observada a necessidade de melhorar a forma como demonstra se está aplicando suas estratégias no dia a dia, tanto em valores quantitativos como qualitativos, através de seus indicadores e exemplos de aplicabilidade. As evidências apresentadas no relatório de forma transparente são preciosas para que os *stakeholders* compreendam claramente o desempenho da organização.

Em resumo, o relatório é um passo importante para a empresa comunicar suas ações, mas pode ser mais bem aproveitado. Cabe ressaltar que a melhoria contínua nesse processo tem, como ponto chave, o real engajamento dos *stakeholders*, que devem continuamente criticar os relatos das empresas, no sentido de aclamar por informações transparentes e relevantes para o tema sustentabilidade e cobrar uma conduta cada vez mais transparente.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento sustentável, considerando-se a natureza das organizações privadas, requer mais que sistemas de gestão dos aspectos sociais e ambientais e publicação de relatórios de sustentabilidade. Essas instituições necessitam de uma correta e cada vez mais precisa avaliação dos seus aspectos e os consequentes impactos, de modo a entendê-los cada vez melhor, compensar as comunidades afetadas, principalmente promovendo o desenvolvimento social e buscando a preservação dos recursos naturais e respeito às comunidades afetadas.

Nesse sentido, o relatório de sustentabilidade do Grupo Petrobras deixou fora do escopo assuntos importantes para os *stakeholders*. É notório que a instituição procura divulgar aquilo que ela faz de mais positivo, mas há muitos riscos e impactos nas suas atuações que deixam de ser mencionados.

Num ambiente competitivo, a questão da sustentabilidade financeira possui força desproporcional em relação às esferas social e ambiental. Isso é, de certo modo, uma questão de sobrevivência, pois não há regramento que obrigue a incorporar as externalidades nos custos, o que aponta para necessidade de intervenção do Estado.

Conforme revisado a partir das visões de Abramovay (2008), há paradoxos que envolvem as empresas do setor privado na questão da sustentabilidade, pois essas possuem objetivos puramente capitalistas. Há muitos desafios para a realização de transição para um novo modelo de desenvolvimento, baseado em práticas mais sustentáveis, mesmo sendo na sua vertente chamada de “fraca”, aquela em que as gerações deixem legados à seguinte, de forma que o consumo dos recursos naturais seja “substituído” por acúmulo de recursos nas outras esferas do *triple bottom line*. Verifica-se, então, que o desafio de trazer os conceitos de desenvolvimento sustentável para as organizações do segundo setor são enormes na lógica do mercado. Observa-se a necessidade dos custos com gestão ambiental e social deixarem de ser vistos como um mal necessário. Em uma sociedade em que é evidente um novo modo de desenvolvimento, esses custos devem ser percebidos como parte do negócio.

Nesse cenário, os relatórios de sustentabilidade podem contribuir para a necessária evolução de paradigmas, os quais de certa forma obstruem a construção de uma sociedade humana mais sustentável. Se as comunidades podem pressionar os governos para que desenvolvam políticas públicas mais adequadas à questão da sustentabilidade, também podem pressionar e fazer valer seu

poder como consumidores junto às instituições privadas. Como excelente meio de comunicação entre empresas e *stakeholders*, os relatórios colaboram nesse sentido, pois ali está um retrato, com base anual, do desempenho das empresas. Dessa forma, o consumidor pode priorizar comprar ou contratar de quem relata e se apresenta mais comprometido com o desenvolvimento sustentável.

No *framework* GRI, são assumidos os conceitos do *triple bottom line*, desde os princípios que regem as diretrizes, até a elaboração dos indicadores, que procuram abranger os principais pontos de cada uma das três dimensões. Os indicadores se concentram ou assumem uma visão de mitigação e otimização dos processos de produção mais limpa (ecoeficiência), sem enfatizar, por exemplo, aspectos como ciclo de vida, recuperação e modernização de equipamentos, obsolescência programada, entre outros, que dariam um viés também voltado à sustentabilidade “forte”. Essa visão pode ser a “viável” na ótica do mercado, mas fica a pergunta se isso seria suficiente para a sustentabilidade em longo prazo.

Há de se observar, porém, que a GRI não dita o nível de compromisso que a organização deve assumir quanto ao tema sustentabilidade. O objetivo dessas diretrizes é fornecer uma forma estrutural de relatar e comparar, servindo de apoio às organizações relatoras.

Verificam-se alguns pontos de melhora nos processos de relatar o desempenho segundo as diretrizes do *framework* GRI. Os indicadores, por exemplo, normalmente são apresentados em valores absolutos, o que dificulta a comparabilidade entre diferentes empresas. Poderiam também ser englobados indicadores do tipo normativos além dos quantitativos e de índices compostos, que forneceriam maior entendimento sobre determinado desempenho. Os processos de elaboração de conteúdo devem conter procedimentos que garantam a inclusão dos pontos realmente relevantes, muita transparência, e alto grau de engajamento dos *stakeholders*.

Melhorias nos processos de auditoria também podem contribuir para a melhora do processo de comunicação como um todo. Uma classificação feita pelas empresas de auditoria externa, com regimento do GRI, que atribua pontuação em processos chave de elaboração dos relatórios, contribuiria para sua melhoria contínua. Por exemplo, apontar qual o grau de qualidade no processo de elaboração dos limites de escopo do relatório, ou de quão completo estão os indicadores de desempenho, ou ainda um índice de qualidade geral que ajudaria o leitor a ter uma melhor avaliação de desempenho da organização publicadora.

Talvez o ponto mais relevante, para que os relatórios de sustentabilidade se tornem cada vez mais úteis e eficazes, é sua utilização por parte dos *stakeholders*. Lendo-os, criticando-os e agindo no consumo de forma consciente. Para isso, a melhoria na educação na questão da sustentabilidade é fundamental, para que a sociedade se desenvolva, mas de forma que as próximas gerações consigam também ter condições suficientes para satisfazer suas necessidades.

O Grupo Petrobras foi escolhido pela importância em aspectos e impactos econômicos, ambientais e sociais que as atividades dessa organização trazem aos países onde atua, e mais particularmente ao Brasil. Por ser uma das organizações brasileiras que há mais tempo elabora esse tipo de comunicação, utilizando as Diretrizes GRI, entende-se que as publicações da empresa possuem um bom nível de maturidade. Mesmo assim, observou-se que o desempenho da empresa quanto ao tema sustentabilidade precisa evoluir muito para atingir os níveis esperados em relação ao desenvolvimento sustentável. Tanto nos aspectos de apuração e elaboração de informações relatadas, quanto na forma de gestão nas dimensões ambiental e social, há um longo caminho a ser percorrido.



## Referências

- ABRAMOVAY, R. **A dimensão estratégica da responsabilidade socioambiental**. Valor Econômico, São Paulo, p. A 13, set. 2008.
- BARBIER, E. B.; MARKANDYA, A.; PEARCE, D. **Blueprint for a green economy**. 1a. ed. Londres: Cox & Wyman LTD, 1990.
- BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial**. 2a. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- BROWN, L. R. **Plano B 4.0**. Mobilização para Salvar a Civilização. 1a. ed. São Paulo: New Content, 2009.
- CAPRA, F. **O ponto de mutação**. 1a. ed. São Paulo: Circulo do Livro, 1982.
- CARVALHO, P. G. M. D.; BARCELLOS, F. C. Mensurando a sustentabilidade. In: MAY, P. H. (Org.). **Economia do meio ambiente**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. Cap. 5, p. 99-132.
- CERES. **Consulta geral à home page oficial**, 2011. Disponível em: <<http://www.ceres.org>>. Acesso em: 19 out. 2011.
- CIDADES e Soluções. Direção: André Trigueiro. Produção: André Trigueiro. Intérpretes: Trigueiro, André. [S.l.]: **Globo News**. 2011
- DIRETRIZES GRI. **Diretrizes para relatório de sustentabilidade**. Amsterdã: GRI, 2006. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org>>. Acesso em: 18 jul. 2011.
- FRANCO, A. D. **Capital social e desenvolvimento local**, Brasília, abr. 2004. Disponível em: <<http://empreende.org.br/pdf/Capital%20Social%20e%20Cidadania/Capital%20social%20e%20desenvolvimento%20local.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2012.
- GALLOPÍN, G. C. Indicators and Their Use: Information for Decision-Making. In: MOLDAN, B.; BILLHARZ, S. (Org.). **Sustainability indicators**. [S.l.]: Wiley, 1997. Cap. 1. Disponível em: <<http://www.scopenvironment.org/downloadpubs/scope58/ch01-introd.html>>. Acesso em: 29 ago. 2011.
- GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Conjunto de protocolos de indicadores: EN**. Global Reporting Initiative, 2006. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org>>. Acesso em: 18 jun. 2011.
- \_\_\_\_\_. **Conjunto de protocolos de indicadores: HR**. Global Reporting Initiative, 2006. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org>>. Acesso em: 18 jul. 2011.
- \_\_\_\_\_. **Conjunto de protocolos de indicadores: LA**. Global Reporting Initiative, 2006. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org>>. Acesso em: 18 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes para relatório de sustentabilidade.** Amsterdã: GRI, 2006. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org>>. Acesso em: 18 jul. 2011.

\_\_\_\_\_. **GRI Reporting List - Relatório histórico das publicações de relatórios de sustentabilidade através das diretrizes GRI.** GRI. Amsterdã. 2011.

\_\_\_\_\_. **Conjunto de protocolos de indicadores: EC.** Global Reporting Initiative, 2006. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org>>. Acesso em: 18 jul. 2011.

GREENPEACE. **Greenpeace Brasil,** 30 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt>>. Acesso em: 30 nov. 2011.

HARDI, P.; ZDAN, T. **Principles in practice.** International Institute for Sustainable Development, p. 175, 1987. Disponível em: <<http://www.iisd.org/pdf/bellagio.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

HOURNEAUX JUNIOR, F.; HRDLICKA, H. A. **Indicadores ambientais na Indústria de São Paulo.** IV Ciclo de Debates em Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia. [S.l.]: Grupo de Pesquisa Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia Pontifícia Universidade Católica. 2006.

OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Resumo - relatório da observação Wal-Mart Brasil LTDA.** Instituto Observatório Brasil. São Paulo, p. 27. 2000.

PETROBRAS. **Relatório de Sustentabilidade 2010.** Petrobras. Rio de Janeiro, p. 104. 2011. Disponível em: <[HTTP://www.petrobras.com.br/rs2010](http://www.petrobras.com.br/rs2010)>. Acesso em: 03 nov. 2011.

SACHS, I. **Espaço, tempo e estratégias do desenvolvimento.** 1a. ed. São Paulo: Vértice, 1986.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa.** 2a. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VEIGA, J. E. **Indicadores de sustentabilidade.** Estudos Avançados, São Paulo, 24, 22 fev. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142010000100006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142010000100006&script=sci_arttext)>. Acesso em: 16 jul. 2011.

\_\_\_\_\_. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor.** 1a. ed. São Paulo: SENAC, 2010.

VINHA, V. D. As empresas e o desenvolvimento sustentável: a trajetória da construção de uma convenção. In: MAY, P. H. (Org.). **A economia do meio ambiente.** 2a. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. Cap. 8, p. 181-204.

YOUNG, C. E. F. Contabilidade ambiental nacional: fundamentos teóricos e aplicação empírica no Brasil. In: MAY, P. H. (Org.). **Economia do Meio Ambiente.** 2a. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. Cap. 6, p. 133-159.